

À sombra dos príncipes.
A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória
da Batalha

Miguel Metelo de Seixas (IEM-CHAM/FCSH/UNL)

João António Portugal (CLEGH/ULL)

De entre as capelas que compõem a cabeceira da igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, aquela mais situada a sul suscita um paradoxo: sendo, inequivocamente, a de mais volúvel denominação, é todavia aquela também que, igualmente de modo mais manifesto, evidencia certa função e esta muito bem determinada.

Por contraposição aos casos das capelas de Santa Bárbara, de Nossa Senhora do Rosário ou de Nossa Senhora do Pranto, a singularidade funcional desta quarta capela absidial, por vezes designada anonimamente¹, por outras sucessiva ou até cumulativamente nomeada como capela de São Sebastião², de São Miguel³ ou dos Mártires⁴, parece atestar a maior univocidade e clareza da sua denominação como capela dos Sousas. Assim, se bem que as demais capelas, provisoriamente ou com intento de maior diuturnidade, tenham igualmente servido de lugar de tumulação, a capela dos Sousas foi

¹ Frei Luís de Sousa, cronologicamente a segunda fonte mais antiga conhecida, não lhe dá qualquer nome (cfr. SOUSA, Fr. Luís de, e CACEGAS, Fr. Luís – *Primeira Parte da Historia de S. Domingos: Particular do Reino, e Conquistas de Portugal*. 2.^a ed., Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1767 [1.^a edição de 1623], p. 623).

² Denominação que surge na fonte mais antiga conhecida, constituída pelo manuscrito anónimo publicado em AMARAL, Augusto Ferreira do – *A Padeira de Aljubarrota e uma Crónica tardia da Batalha. Armas e Troféus*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, IX Série, 2005 (cfr. p. 94), aí datado de 1599 ou pouco depois e de autoria atribuída a frade batalhino, como também no outro manuscrito anónimo, publicado com o título de *O Couseiro ou memórias do bispado de Leiria*. Braga: Typographia Lusitana, 1868, no seu capítulo 73, p. 125, indicando a presença de uma estátua deste Santo, que poderá ser a que ainda existe nas reservas do Mosteiro, como se soube por informação do actual Director do Mosteiro, Dr. Pedro Redol.

³ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro Historico, Genealogico y Panegyrico: erigido a la Inmortalidad de la Excelentissima Casa de Sousa*. Paris, 1994, p. 654; SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1953 [reimpressão da edição de 1735], tomo XIII, p. 279.

⁴ SANTOS, Reinaldo dos – entrada sobre o Mosteiro, in *Guia de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, p. 681.

a única claramente assumida, no conjunto conventual, desde as primeiras décadas após a construção da igreja e até meados do século XX, como panteão e local de culto familiar⁵.

Também ao contrário das demais capelas absidiais, em que a contribuição da heráldica, na identificação dos tumulados, importará, em maior ou menor grau, para a compreensão do seu uso, na capela dos Sousas esse interesse é bastante menor, não só pela existência de outras fontes que nos indicam quem aqui escolheu ou viu escolhido lugar de sepultura, como também pela menor individualidade dos sinais heráldicos remanescentes⁶. Tal não significa menor interesse, mas apenas diverso, de uma leitura heráldica do espaço, do seu conteúdo e decoração⁷.

Dividem-se as fontes mais antigas sobre a identidade do primitivo donatário da capela, se D. Lopo Dias de Sousa, Mestre de Cristo e Mordomo-Mor da Rainha D. Filipa⁸, se Diogo Lopes de Sousa, seu “filho maior”⁹, de algum modo podendo replicar-se essa dúvida na identidade do doador, se D. João I, como em relação ao primeiro apenas poderia ocorrer, se algum dos seus dois sucessores imediatos¹⁰. Sem fonte primária que resolva a questão, restam as referências de autores relativamente tardios, parecendo ser Frei Luís de Sousa o primeiro autor a enunciar a primeira posição¹¹, seguido pelo Abade

⁵ Como é evidente, para além dos panteões joanino e eduardino.

⁶ Nas demais capelas os vestígios heráldicos subsistentes apontam tendencialmente para a representação de certa pessoa; nesta capela, pelo contrário, é a família que se anuncia.

⁷ Uma primeira análise no campo da Heráldica foi realizada por AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Alguma heráldica no Mosteiro da Batalha. In *II.ªs Jornadas de História da Vila da Batalha*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2003, pp. 147-153.

⁸ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, II parte, cap. XCVI. Cargo este que o *Theatro Genealogico...*, p. 444, se compraz em tomar como reflexo de idêntico desempenho, na casa da Rainha Santa Isabel, pelo fundador da linhagem, D. Afonso Dinis.

⁹ Como é designado em doação régia adiante citada.

¹⁰ Sendo D. Lopo Dias de Sousa morto já em Maio de 1420, quando a administração da Ordem de Cristo é dada ao Infante D. Henrique (*Monumenta Henricina*. Coimbra, 1960, volume II, pp. 366-367), e morrendo Diogo Lopes de Sousa em redor do fim da regência do Infante D. Pedro (vd., loc. cit. na nota 51).

¹¹ SOUSA, Fr. Luís de, e CACEGAS, Fr. Luís – *Primeira Parte da Historia de S. Domingos...*, cit., p. 623, refere a doação por D. João I a D. Lopo Dias de Sousa e o sepultamento deste. É de notar que Frei Luís de Sousa, também da Ordem dos Pregadores, visitou o Mosteiro em 1619, aí certamente recolhendo tradição oral a qual, por si, não é garante da própria veracidade. Esta opinião foi seguida, entre outros, por BARBOSA, Inácio Vilhena – Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha. *Archivo pittoresco. Semanário ilustrado*. Lisboa: Castro Irmão, 8.º anno, 1865, p. 196, em entendimento corrigido duas décadas mais tarde, em *Monumentos de Portugal. Historicos, artisticos e archeologicos*, Lisboa: Castro Irmão, 1886, p. 27, sendo menos assertivo quanto à existência dessa doação, embora igualmente infeliz na proposta de identificação do tumulado na arca (cfr. nota 79). Modernamente, adere a esta posição SOUSA, João Silva de – *A casa senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 18, pressupondo-a igualmente GOMES, Saul António – em *Mestres de Ordens Militares na Batalha*. In *Vésperas Batalhinas*, Leiria: Edições Magno, 1997, p. 267.

Manuel de Sousa Moreyra¹². Em sentido contrário, D. António Caetano de Sousa é explícito ao indicar ter sido a Diogo Lopes de Sousa que D. João I teria dado a capela de São Miguel, para “enterro da sua Casa”¹³.

Quanto à sepultura, parece razoável não se duvidar do monumento inequivocamente epigrafado, posto que algo tardio, ainda hoje existente na charola da igreja do Convento de Cristo, em Tomar, dando conta da tumulação nesse local de D. Lopo Dias de Sousa¹⁴. Nesta base, *O Couseiro*¹⁵, cujo autor há razões para supor ter conhecido a obra de Frei Luís de Sousa, apresenta uma tese intermédia, defendendo a doação ao Mestre D. Lopo, mas sem que este de tal se aproveitasse, assim tendo ficado sepultado em Tomar. Parece repugnar à mentalidade da época que tão grande mercê, como a de sepultura no real mosteiro-panteão, fosse desaproveitada, quer por vontade do próprio donatário, quer dos seus familiares sobreviventes, quer, finalmente, do seu sucessor na administração da Ordem de Cristo, certamente em desrespeito da intenção do Mestre, bem como, a ser verdadeira a doação com este fim, da do próprio Rei de Boa Memória. Na ausência de prova documental, mais não é possível afirmar, adoptando o critério do Cardeal Saraiva a este propósito¹⁶, declarando não encontrar vestígios da doação a D. Lopo, antes tendo motivos para dela duvidar¹⁷.

A tradição desta sepultura na Batalha ficou oficializada na última carta de brasão de armas concedida na Monarquia, em 7 de Julho de 1910, ao 1.º Conde de Albuquerque (DUARTE, Sérgio de Avelar – Cartas de Brasão d’Armas de naturais e/ou relacionados com os Açores. *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. LIII, 2008, p. 119). Em extenso discurso linhagístico, preparado pelo próprio armigerado ou mais provavelmente a seu mando, assinala-se como avoengo a D. Lopo Dias de Sousa “sétimo Comendador-mor da Ordem de Christo, que teve a honra de ser sepultado em capela especial no convento da Batalha”.

¹² MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 655. Gaspar Álvares de Lousada, a fazer fé na notícia de D. António Caetano de Sousa, escreveu uma *Relação da Família de Sousa, da Casa dos Condes de Miranda*, que se encontrava na Casa de Arronches (com cópia na Casa Cadaval), de onde “Manoel Moreira de Sousa no Theatro Genealogico... em elegante estylo reduzio esta mesma Obra” (cfr. *História Genealógica...*, cit., tomo XIII, 136). Esta *Relação* será eventualmente o mesmo trabalho que, no *Apparato* com que inicia a *História Genealógica...* (tomo I, p. XLV), D. António Caetano de Sousa intitula *Illustração da Família, e geração dos Sousas*, dizendo ter sido composta no fim da vida de Gaspar Álvares de Lousada, em 1631-32.

¹³ *História Genealógica...*, cit., tomo XIII, p. 279.

¹⁴ Lápide com erros na inscrição há muito apontados e que traduzirão uma modificação do próprio túmulo, em tempo de D. João III.

¹⁵ Cfr. cap. 73, p. 125.

¹⁶ Cfr. SARAIVA, D. Frei Francisco de São Luís, Cardeal – Memoria Historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha. In *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Frei Francisco de S. Luís)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, tomo I, p. 314.

¹⁷ A *lex parsimoniae* sugeriria, na verdade, que, provado o não sepultamento, seria mais plausível a ausência de doação do que a tergiversação em relação aos seus termos.

Em qualquer caso, coligindo as fontes conhecidas, todas secundárias, é possível gizar um catálogo dos Sousas, decerto mais bem visualizado na figura n.º 1¹⁸, que terão aqui tido o seu corpo depositado, desde meados do século XV até finais do século XVII, assumindo-se esta capela, na expressão de D. António Caetano de Sousa, como local de enterro desta Casa, em especial dos respectivos chefes. Principia essa lista no acima citado Diogo Lopes de Sousa, Mordomo-Mor de D. Duarte e de D. Afonso V¹⁹, a quem, como vimos, D. António Caetano de Sousa defende ter sido inicialmente doada a capela. Seguem-se, apenas com uma incógnita, pelo menos todos aqueles que detiveram, até ao 2.º Conde de Miranda, morto em 1640, a chefia da casa por aquele fundada. Há, assim, notícia da sepultura de seu filho e neto, Álvaro de Sousa e Diogo Lopes de Sousa (II), igualmente tendo exercitado o cargo de mordomo-mor, bem como de seu bisneto André de Sousa²⁰. A lista dos demais sepultamentos corresponde à sucessão na linha, interrompida no 3.º quartel do século XVI, deste André de Sousa, designadamente seu filho Manuel de Sousa²¹ e seu neto e homónimo²².

Revertida a Casa para a Coroa, pela morte, aos sete anos, do filho deste segundo André de Sousa, encontrou o Cardeal-Rei D. Henrique uma solução que conagraçou os dois ramos descendentes de Diogo Lopes de Sousa (II), ao conceder a casa a um terceiro Diogo Lopes de Sousa, da linha dos Senhores de Oliveira do Bairro, neto daquele, o qual não tinha sucessão directa, por morte de seu filho na batalha de Alcácer Quibir. Assim sendo, a este Diogo Lopes de Sousa, um dos governadores do Reino em 1580,

¹⁸ A árvore resume-se ao essencial, envolvendo em moldura mais larga os nomes de quem há notícia de ter sido sepultado nesta capela.

¹⁹ “Mordomo Mor nosso quer tanto dizer como maior homẽ da Casa d’ElRey, pera hordenar e, quanto he em seu mantimento (...)” porque a ele “pertence de tomar conta de todos os Officiaes da nossa Corte, e todos geeralmente lhe devem seer obedientes, e fazer-lhe seu mandado”, na definição das Ordenações Afonsinas (Livro I, tit. LVII, usou-se a edição de 1792, na reimpressão da Fundação Calouste Gulbenkian), em título imediatamente posterior ao respeitante ao Alferes-Mor e antecedendo o do Camareiro-Mor.

²⁰ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 654, citando como fontes “un libro de la Sacristia”, presume-se que da Batalha, e outro do “Archivo”, datado de 1513 (o que deve ser gralha por 1518, ano da morte de André de Sousa). Pelo contrário, a mulher deste, D. Maria Manuel, f.ª de Manuel de Melo, Alcaide-Mor de Olivença, jaz junto a seus pais, em capela da igreja de São João Evangelista, também chamada dos Loios, em Évora (ESPANCA, Túlio – *Duques de Cadaval. Cadernos de História e Arte Eborense*, XXI. Évora, 1960/61, p. 91).

²¹ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 676. Sepultado em Arronches, no Convento de Nossa Senhora da Luz (eremitas calçados de Santo Agostinho) dessa localidade, teria sido trasladado pelo 2.º Conde de Miranda, seu bisneto.

²² MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 681. Falecido em Arronches, em acidente de jogo, teria sido sepultado também no Convento de Nossa Senhora da Luz, na capela-mor, com trasladação para a Batalha em 1606, juntamente com o pai, por diligência do 2.º Conde de Miranda (que, a ser verdade, ainda não o seria, nem aliás seu pai).

foi feita mercê da Casa de Miranda, com a condição do casamento de seu sobrinho, Henrique de Sousa, mais tarde 1.º Conde de Miranda, com D. Mécia de Vilhena, prima co-irmã do malogrado infante Manuel de Sousa, e assim igualmente bisneta de André de Sousa²³. Na Casa estaria naturalmente incluído o padroado desta Capela dos Sousas, existindo notícia da trasladação para aí do governador do Reino Diogo Lopes de Sousa, ao que parece por seu sobrinho-neto, o 2.º Conde de Miranda²⁴.

Seguindo a linha sucessória na chefia, registam-se posteriormente o depósito dos corpos da Condessa de Miranda, D. Mécia de Vilhena, por ordem de seu marido e em caixão coberto com “pano de veludo”²⁵, bem como deste último, o 1.º Conde, Henrique de Sousa²⁶, em sepultura rasa, indicando Sousa Moreira que tal foi ordenado pelo seu filho, o 2.º Conde de Miranda²⁷. Por fim, propiciando o elemento mais significativo que hoje resta na capela dos Sousas, ocorre a trasladação, em 1691, deste 2.º Conde de Miranda, Diogo Lopes de Sousa²⁸.

Não repugna acreditar que outros membros da família, nos três séculos em que se mostra utilizado o panteão, tenham aí igualmente sido sepultados²⁹. Será o caso, primeiramente alvitado pelo Cardeal Saraiva, de outro filho dos primeiros Condes de Miranda, Vasco de Sousa, Reitor da Universidade de Coimbra³⁰. Significativamente, não consta desta lista de inumados o Cardeal-Arcebispo de Lisboa, D. Luís de Sousa,

²³ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 757.

²⁴ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 759, narrando-se a trasladação por diligência do 2.º Conde de Miranda.

²⁵ Com esta última indicação, cfr. *O Couseiro*, cap. 73. SOUSA, Fr. Luís de, e CACEGAS, Fr. Luís – *Primeira Parte da Historia de S. Domingos...*, cit., p. 623 explicita o cuidado do viúvo na recolha do corpo à Batalha.

²⁶ O Cardeal Saraiva (SARAIVA, D. Frei Francisco de São Luís – *Memoria Historica...*, cit., p. 316) refere, pela leitura de documento do cartório conventual, ter ali sido sepultado em 7 de Maio de 1628. Será a este 1.º Conde de Miranda que se refere *O Couseiro*, no mesmo cap. 73, indicando que na capela “em sepultura rasa está o avô do que ora é conde”. A ser assim, este capítulo do *Couseiro* terá sido escrito a partir do início de 1641 (data em que pode ter sido sabida a nova da morte, em finais de Dezembro anterior, do 2.º Conde de Miranda) até 1674, em que o 3.º Conde foi feito Marquês de Arronches. Sobre o *Couseiro* e proposta de datação e autoria, cfr. AZEVEDO, Ricardo Charters de – *Quem escreveu o Couseiro?*. Leiria: Textiverso, 2010.

²⁷ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, p. 801.

²⁸ Morto em Madrid, em finais de Dezembro de 1640 (D. António Caetano de Sousa diz ter assim gozado muito brevemente das novas da Restauração). A respeito da sua trasladação, veja-se a curiosa tradição transmitida pelos frades arrábidos, transcrita em GOMES, Saul António – *Mestres de Ordens Militares na Batalha*. In *Vésperas Batalhinhas*, cit., p. 268, em nota.

²⁹ CORREIA, Vergílio – *Batalha – Estudo Historico-Artistico-Arqueologico do Mosteiro da Batalha*, Porto: Litografia Nacional, 1929, p. 27, diz terem sido “metidos no sarcófago [do 2.º Conde] vários membros de sua família”, entre os quais estariam pelo menos alguns dos que deixamos nomeados.

³⁰ O Cardeal Saraiva presume este sepultamento “porque os padres do mosteiro lhe fazem suffragios annuaes” (SARAIVA, D. Frei Francisco de São Luís – *Memoria Historica...*, cit., p. 316).

filho do 2.º Conde e encomendador da obra seiscentista da capela. Apesar do papel claramente assumido de cultor da memória familiar³¹, escolheu ser enterrado na sua catedral, em “simples sepultura rasa com pedra negra”, na capela de Nossa Senhora da Piedade ou da Terra Solta, contrastando a prolixidade da epígrafe que fez inscrever no túmulo paterno da Batalha com a singela que para si escolheu: *Sub tuum presidium*³².

Detendo-nos mais demoradamente na figura de Diogo Lopes de Sousa, filho do Mestre D. Lopo, conhece-se a sua legitimação régia, em Coimbra, em 3 de Janeiro de 1398, em conjunto com outros dois irmãos, aí sendo declarado como filho de Leonor Ribeiro. Em Tui, ainda nesse mesmo ano de 1398 e por ser o filho mais velho de D. Lopo, recebeu Diogo Lopes doação dos bens que eram de Egas Coelho³³, incluindo o senhorio de Miranda que viria a dar nome à Casa e ao título condal concedido dois séculos depois. É de notar a coincidência de este Egas Coelho, incorrendo no desfavor régio por se ter ido para Castela, ser aquele mesmo que, com sua mãe Maria Fernandes de Meira, era dono da quinta do Pinhal “a par da Canueira”, local escolhido e adquirido por D. João I para a instalação do mesmo Convento de Santa Maria da Vitória³⁴, em que Diogo Lopes de Sousa havia de ser sepultado.

Surge-nos notícia sua na Crónica da Tomada de Ceuta³⁵, contando-o Gomes Eanes de Zurara entre os “boôs homeês ante daqueste feito, os quaaes andando nas guerras de França e de Ingraterra ouuindo as nouas da armaçam que elRey fazia leixaram todallas doçuras de Framça e daquellas terras por uijnr a seruiço delRey”³⁶. Desta participação nas lides europeias do seu tempo, designadamente da sua conexão com a Borgonha,

³¹ Do seu interesse pela Heráldica dá testemunho D. António Caetano de Sousa, no *Apparato* introdutório à *História Genealógica...*, cit. (tomo I, p. LXXXIII), ao referir ter este purpurado mandado “copiar o Livro de Armaria da Torre do Tombo pelo Padre Fr. Simão de S. Joseph, religioso paulista, e o Cardeal lhe acrescentou huma noticia historica breve da origem de cada hum dos Brazões.” Estava esta cópia na Livraria da Casa de Arronches. No mesmo *Apparato* (p. XCIV), dá-se notícia da encomenda pelo Cardeal do *Theatro...* ao Abade Manuel de Sousa Moreira, instruindo-se este na numerosa Livraria daquele e valendo-se muito dos escritos de Gaspar Álvares de Lousada e do 2.º Conde de Miranda. O *Theatro...*, mandado imprimir em 1694, é um digno contraponto textual do túmulo e do altar da Batalha.

³² Cfr. COUTINHO, Maria João Pereira – *A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)*. Lisboa: [tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 2010, vol. I, p. 414. Agradecemos à Doutora Maria João Pereira Coutinho a facilitação do acesso à sua tese de doutoramento.

³³ Cfr. DIAS, João José Alves (ed.) – *Chancelarias Portuguesas – D. Duarte*. CEH/UNL, vol. I, tomo 1 Lisboa, 1998, docs. 447 e 448.

³⁴ GOMES, Saul António – *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*. Lisboa: IPPAR, 2002, vol. I, doc. 13.

³⁵ Capítulo C, na edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1915, na p. 264.

³⁶ Não fora este regresso, seria plausível contar-se Diogo Lopes de Sousa entre o *band of brothers* que se encontrou em Azincourt, em Outubro seguinte.

restam traços significativos. Assim, em 1433, está referenciada a viagem a esta corte, então em Dijon, de um oficial de armas ao seu serviço, o Passavante Miranda, com denominação obviamente retirada da vila de seu senhorio³⁷. É provável que o mesmo passavante tenha estanciado durante os anos imediatos na corte de Filipe o Bom, uma vez que voltamos a ter notícia sua, integrando, conjuntamente com o Rei de Armas Portugal e um outro passavante português, muito sugestivamente baptizado como Batalha³⁸, a delegação borgonhesa que compareceu em Arras, no verão de 1435, para a tentativa de conclusão da paz entre Plantagenetas e Valois³⁹.

Em 1446, Diogo Lopes de Sousa é um dos senhores portugueses que, em deputação de cortesia e às portas de Évora, acolhe a visita de Jacques de Lalaing, um dos cavaleiros da corte borgonhesa, mais tarde recebido na Ordem do Tosão de Ouro, que viajava em busca de feitos de armas⁴⁰. A esta integração na Europa do seu tempo, teria sido associado o seu filho primogénito, Álvaro de Sousa⁴¹, a identificar-se este como o escudeiro⁴² homónimo que em 1446/47 efectuou diligência diplomática, ao serviço de Carlos VII de França, junto do Duque Filipe o Bom⁴³.

³⁷ PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995, Doc. 150 (p. 245), faz menção de “Mirande, poursuivant du seigneur de Mirande”, em documento datável de antes de 6 de Dezembro de 1433, acompanhando, de Portugal à corte de Borgonha, o acrobata ou malabarista (*joueur d’apertise*) George de Russy. Esta referência foi arrolada em LIMA, João Paulo Abreu, e SANTOS, Maria Alice P. dos – Quem foi Gonçalo Caldeira – testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista – de D. João I a D. Afonso V. *Revista da Faculdade de Letras: ciências e técnicas do património*. Porto: Universidade do Porto, I Série, vol. 2, 2003, p. 342.

³⁸ Sobre a denominação por antonomásia dos eventos de 14 de Agosto de 1385 e da sua consequência monástica, cfr. GOMES, Saul António – A Memória da Batalha Real de 1385. In AAVV, *Tempos e História. Comemoração dos 500 Anos do Concelho e da Vila da Batalha*, Leiria: Edições Magno, 2000, pp. 39-75.

³⁹ CONTAMINE, Philippe, *Aperçus nouveaux sur ‘Toison d’or’, chroniqueur de la paix d’Arras (1435)*. In SCHNERB, Bertrand (org.) – *Le héraut, figure européenne (XIVe-XVIe siècles)*, *Revue du Nord*, Lille: Université Charles de Gaulle – Lille 3, tome 88, n.º 366-367 (juillet-décembre 2006), citando a lista de oficiais contida no cap. 107 da *Chronique de Charles VII roi de France*, de Jean Chartier (na edição feita por Valet de Viriville, em Paris: P. Jannet, 1858, no tomo I), inclui entre os oficiais de armas presentes, na embaixada borgonhesa, o Rei de Armas Portugal e os passavantes *Bataille* e *Miaulde* (identificado por Philippe Contamine como Miranda, no que é apoiado por outra fonte por si usada e que denomina como manuscrito Savoie/Montpellier). Conhecia-se já a existência deste passavante Batalha, em Arras, pela referência feita por Jacques Paviot, op. cit., p. 255, também objecto de arrolamento por LIMA, João Paulo Abreu, e SANTOS, Maria Alice P. dos – Quem foi Gonçalo Caldeira..., cit., p. 343.

⁴⁰ PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne...*, cit., pp. 40-42.

⁴¹ Mais tarde, já senhor da Casa, integrante da embaixada que acompanhou a Itália a Infanta D. Leonor, a consorciar-se com o Imperador Frederico III.

⁴² Qualificativo cuja modéstia só em centúrias seguintes seria desajustada ao herdeiro da casa de Miranda. Note-se que esta viagem ocorre dois anos antes da morte de Diogo Lopes de Sousa.

⁴³ PAVIOT, Jacques – *Portugal et Bourgogne...*, loc. cit, p. 123 e doc. 284 (p. 366). Esta viagem, com passagem nas cidades de Bruxelas, Gande e Lovaina, é compatível com o itinerário de Filipe o Bom de 27

Da dimensão da sua Casa, dão testemunho as queixas levantadas nas cortes de Torres Vedras de 1441 e de Lisboa de 1448, neste último caso associando-o ao Regente então caído em desgraça. Mordomo-Mor ainda do Infante D. Duarte, enquanto tal testemunhando a ratificação do tratado de paz com Castela em 27 de Janeiro de 1432⁴⁴, mantém-se no exercício desse cargo até à morte, o qual seria transmitido, numa hereditariedade de facto que não de direito, aos seus filho e neto⁴⁵. Seria igualmente dado às letras, como tantos cortesãos do seu tempo, a começar por seu senhor D. Duarte e pelo Infante das Sete Partidas. D. António Caetano de Sousa descreve-o como “valeroso e inclinado à cavalaria, de que compoz hum volume, conforme refere Gaspar Álvares de Lousada”⁴⁶.

Casou por amor, como enfatizam os genealogistas, com D. Catarina de Ataíde, a qual é identificada como pertencendo à casa da Rainha D. Filipa⁴⁷, mas sem que se certifique a respectiva ascendência⁴⁸. Deste casamento, originou-se o ramo dos Sousas qualificado com o topónimo da Alcaidaria-Mor de Arronches, que comprou⁴⁹. D. António Caetano de Sousa alvitra o seu falecimento cerca de 1451, indicando jazer “no convento da Batalha na Capella de S. Miguel, que ElRey D. João I lhe havia dado para enterro de sua Casa; e he bem de advertir que não deu enterro naquella Igreja mais que aos Infantes, tão relevantes erão os merecimentos de Diogo Lopes de Sousa, que os atendeu ElRey

de Janeiro de 1446 a 19 de Janeiro de 1447. Paviot data, assim, este documento de antes de 20 de Janeiro de 1447.

⁴⁴ *Monumenta Henricina*. Coimbra, 1962, volume IV, doc. 15 (pp. 60-89).

⁴⁵ GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Carnaxide: Difel Difusão Editorial, 1995, p. 216.

⁴⁶ Cfr. nota 12. Duzentos anos mais tarde, o seu 5.º neto, Diogo Lopes de Sousa, 2.º Conde de Miranda, terá escrito “muitos volumes de Famílias”, mantendo correspondência deste teor com “os eruditos do seu tempo”, a fazer fé em D. António Caetano de Sousa, no *Apparato* introdutório à *História Genealógica...*, cit., tomo I, p. XLVIII.

⁴⁷ De que seu sogro D. Lopo Dias de Sousa era Mordomo-Mor. Será a servidora da Rainha que surge nomeada, com a mesma moradia de 1200 libras, numa lista como Catarina Vasques (*Monumenta Henricina*. Coimbra, 1960, volume I, p. 289) e noutra como Catarina de Ataíde (*Monumenta Henricina*. Coimbra, 1962, volume IV, p. 231).

⁴⁸ Manuel de Sousa Moreira, entre outros, fá-la filha de Gonçalo Viegas de Ataíde e de Beatriz Nunes de Góis (*Theatro...*, p. 518). Alão de Morais, na sua *Pedatura Lusitana* (Braga: Carvalhos de Basto, 1998, volume IV, p. 288), refere este casal e sua descendência, contudo omitindo qualquer filha e, portanto, esta ligação, a qual, a ser verdadeira, decerto seria assumida como das mais prestigiantes. O patronímico usado por D. Catarina igualmente não auxilia na corroboração desta hipótese.

⁴⁹ MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979, vol. I, p. 119. D. António Caetano de Sousa (*História Genealógica...*, cit., tomo XIII, p. 291) refere ser nesse local que os senhores da Casa “onde o mais do tempo residão por ser esta alcaidaria mor muy rendosa”.

com tão honrada mercê”⁵⁰. Baquero Moreno corrige aquele dado, indicando ser o mesmo já falecido em 18 de Novembro de 1448⁵¹.

Realçando o carácter de fundador da Casa, o seu nome completo, com patronímico assim tornado incongruente, foi repetido na sua descendência, entre outros, no neto, também Mordomo-Mor de D. Afonso V; no trineto, governador do Reino em 1580; no 5.º neto, o 2.º Conde de Miranda; e no 7.º neto, morto em vida de seu pai Marquês de Arronches, mas em cuja progénie se perpetuou a casa, depois ducal de Lafões. Não é caso único, aliás nos Sousas Chichorros sucedendo o mesmo com o genearca Martim Afonso, aspecto a que adiante se voltará.

Rezando as Ordenações Afonsinas que “Nós o [ao Mordomo-Mor] devemos d’amar grandemente, e fiar delle muito, e fazer-lhe muito bem, e mercee por tal”⁵², não repugna a sua aceitação como primeiro donatário da Capela dos Sousas, pelo menos como primeiro ali sepultado, nas primícias de panteão e lugar de memória familiar.

Esta capela sofreu amputação notável nas obras novecentistas de restauro. Não curando de elementos desaparecidos em data ignorada, mas de cuja monumentalidade se pode duvidar (como as sepulturas dos 1.ºs Condes de Miranda), os elementos perenes essenciais consistiam em grande arca de pedra quatrocentista e no altar e túmulo construídos pelo Cardeal D. Luís de Sousa⁵³. Já após os estragos causados pelas invasões francesas no túmulo seiscentista, Alexandre Herculano opinava pela retirada do mesmo e do próprio altar, entendendo que não condiziam com o estilo geral da igreja⁵⁴. Se em geral este critério pareceria o mesmo seguido pela política restauracionista do Estado Novo, o resultado final é pelo menos bizarro, surgindo outro elemento de singularidade no plano geral do Convento. As demais capelas foram

⁵⁰ *História Genealógica...*, cit., tomo XIII, p. 279.

⁵¹ MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, cit., vol. II, p. 966.

⁵² Cfr. loc. cit. na nota 19.

⁵³ Descrição feita por CORREIA, Vergílio – *Batalha – Estudo Historico-Artistico-Arqueologico...*, cit., p. 27, a que se somava pia baptismal motivada pela ruína da igreja paroquial da Exaltação da Santa Cruz e da necessidade de administração dos sacramentos na igreja ex-conventual. Vejam-se ainda os registos fotográficos em CUNHA, Rui Borges (coord.) – *A Batalha vista pela “Casa Alvão”*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2005, pp. 42-43. SOARES, Clara Moura – *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*. Leiria: Edições Magno, 2001, p. 396, publica como fig. 37 uma fotografia erradamente identificada como correspondendo a esta capela (dos Mártires), o que não é, quer pelo túmulo presente (dois escudos na tampa, em vez de um), quer pelo retábulo (que é distinto, não apresentando armas de Sousas), quer pela presença da porta da sacristia. Trata-se, sim, da capela de Santa Bárbara.

⁵⁴ *Apontamentos de viagem*, nota respeitante a 16 de Junho de 1853 (p. 145 da edição da Livraria Bertrand, Lisboa, 1973).

reduzidas a um hipotético estado “gótico” ou primitivo⁵⁵; na capela dos Sousas, a manutenção do túmulo seiscentista, seja pelo custo da remoção, seja pela ausência de utilidade ou de local alternativo de depósito, desvirtua o critério assumido.

Assim, mudou-se o retábulo para a igreja paroquial da Exaltação da Santa Cruz da Batalha, construção manuelina em que a disparidade de “estilo” não é menor. Todavia, manteve-se no local original o túmulo que com aquele retábulo dialogava, pelo contrário retirando-se a arca de pedra, afinal o único adereço gótico sobrance, para as Capelas Imperfeitas. Esta última decisão de há muito que vem sendo justamente criticada, como bizarra⁵⁶ ou abusiva⁵⁷. Se-lo-á, a vários níveis, não só despojando o panteão dos Sousas de uma das suas marcas visíveis, como perturbando a leitura das capelas imperfeitas como panteão real, ao ali colocar túmulos que decerto em tempo algum foram encarados como para ali destinados⁵⁸. Do mesmo modo, é de criticar o exílio do retábulo do seu lugar de origem⁵⁹. Como se verá adiante, também do ponto de vista heráldico, há uma unidade na intenção que, pela leitura em conjunto assim impossibilitada, fica comprometida.

Na análise dos vestígios materiais relativos à Capela dos Sousas, surge-nos cronologicamente primeiro a grande arca de pedra, hoje removida do local para onde foi pensada (cfr. figura n.º 2). A primeira menção à sua existência surge-nos em descrição do Mosteiro da Batalha em manuscrito datável de 1599 ou pouco depois⁶⁰. Aí se refere a existência de uma “sepultura alta” pertencente aos “Sousas Chefes e Governadores do Porto ou Casa do Cível do Reino”. Vergílio Correia descreve-a, no seu lugar primitivo, vendo “da banda da esquerda, outro grosso sarcófago em forma de arca de relíquias, de cobertura em duas águas, obra do século XV, com frontal, faciais e tampa adornadas de

⁵⁵ Mas nem isso se respeitou, com retirada para as Capelas Imperfeitas dos túmulos existentes na capela de Santa Bárbara e na de Nossa Senhora do Rosário.

⁵⁶ ANDRADE, Sérgio Guimarães de – *Santa Maria da Vitória – Batalha*. Lisboa/Mafra: Elo, 1992, p. 38.

⁵⁷ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de Azevedo – *Alguma heráldica no Mosteiro da Batalha*, cit., p. 151.

⁵⁸ ANDRADE, Sérgio Guimarães de – *Santa Maria da Vitória – Batalha*, cit., p. 86, nota a ausência de relação das arcas removidas da capela de Santa Bárbara e dos Sousas com as Capelas Imperfeitas, ao contrário dos túmulos de D. Duarte e do pequeno Infante que estava na capela do Rosário. A República concedeu honra maior aos Sousas cujas cinzas ainda se encontram nesta arca do que estes esperariam, em desfavor do cumprimento das vontades do Rei D. Duarte, “o primeiro principador” destas Capelas.

⁵⁹ Aliás hoje dotado de imaginária de tamanho manifestamente inapropriado, com as duas estátuas laterais mal cabendo nos nichos, em claro contraste com o amplo vazio no nicho central.

⁶⁰ Cfr. o primeiro manuscrito e local de publicação citados na nota 2.

escudos com as armas dos Sousas”⁶¹, assentando em leões de pedra, antepassados de idêntica solução no túmulo seiscentista que lhe foi colocado defronte.

Sendo este túmulo anepígrafo, a única decoração é a abundante mas repetitiva simbologia heráldica, exibida singularmente em cada topo e na tampa, e duplamente numa face lateral, tudo representando escudos idênticos (cfr. figura n.º 3). A datação pela forma do escudo é sempre contingente, pela possibilidade de adopção de modelos arcaizantes. Sempre se dirá que a forma aqui presente, com bordo superior côncavo e a ponta boleada, surge em uso em monumentos de meados do século XV⁶², a lembrar, no bordo superior, modelos mais antigos⁶³ e a prenunciar a dupla curvatura dos escudos tão em voga no período manuelino. Estamos perante a evolução de forma também presente na Batalha, nas duas sepulturas rasas ainda hoje existentes nas capelas do Rosário e do Pranto.

O ordenamento, correspondendo a ramo dos Sousas, de varonia real, designados por simplificação como “de Arronches”, pode-se descrever como esquartelado, no I e IV uma caderna de crescentes, no II e III cinco escudetes postos em cruz, cada um carregado de cinco besantes⁶⁴. Discutindo-se adiante a formação destas armas, note-se agora apenas que a caderna de crescentes se apresenta alinhando-os em cruz, por alternativa à variante que o faz em aspa. Note-se a tridimensionalidade do conteúdo dos escudos e, pela omissão dos traços da partição, a forte sugestão da existência pregressa de pigmentação que delimitasse os campos. Trate-se, ainda, de outros dois aspectos suscitados por esta observação, a saber, a inversão dos quartéis em relação ao ordenamento mais usual destes Sousas e o modo de figuração dos escudetes das quinas reais.

⁶¹ Cfr. CORREIA, Vergílio – *Batalha – Estudo Histórico-Artístico-Arqueológico...*, cit., p. 27.

⁶² Como é o caso do túmulo de Diogo Fernandes de Almeida, na igreja de Santa Maria do Castelo, em Abrantes, sendo o sepultado contemporâneo de Diogo Lopes de Sousa.

⁶³ Como o túmulo do Cardeal D. João Esteves de Azambuja, antes no convento do Salvador, em Lisboa, hoje no Museu do Carmo da mesma cidade. A seu respeito, cfr. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval*. In ARNAUD, José Morais, e FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a memória: as coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 373-374.

⁶⁴ Sendo preciosismo talvez excessivo, convém esclarecer que este móvel redondo se apelida de besante, quando de metal, e de arruela, quando de cor. O conhecimento que se tem das armas destes Sousas na altura de feitura do túmulo permite qualificar o que surge na (hoje) descolorida pedra como besante. No túmulo de irmã de Diogo Lopes de Sousa, em Figueiró dos Vinhos, ainda há significativos vestígios da sua coloração primitiva. Sublinhe-se a importância da cor, não só na Heráldica, como na decoração dos espaços sagrados, em geral.

Quanto ao primeiro, as armas destes Sousas, por norma, apresentam no I e IV as quinas, relegando as cadernas para os restantes quartéis. Será mero lapso, como aventa Francisco de Simas Alves de Azevedo⁶⁵? As Ordenações Manuelinas estabelecem claramente este privilégio, ao dispor a respeito da presença das armas reais nas insígnias de nobreza, no seu Livro II, título 37, n.º 4:

“nom poderá pessoa algũa trazer armas do Reyno dereitas, postoque sejam mesturadas com outras armas, mas ham de seer trazidas no quartel, em que as trouxerem, que ha de seer o dereito, com deferença, assi como a cada huũ pertence as trazer; conuem a saber, as que vem por bastardia com a quebra da bastardia, e as outras com a deferença ordenada d’Armaria; porque pois o Principe herdeiro as nom pode trazer sem deferença, muito menos ninhũa pessoa.”⁶⁶

Poderia pois estranhar-se que num espaço de tal modo ligado à própria família real, num túmulo dotado de assinalável visibilidade e pertencente a família da mais alta hierarquia, tal preceito não tenha sido cumprido, o que remete para questão metodológica de relevo: a abordagem da heráldica, medieval como moderna, parte geralmente dos textos normativos (não só as disposições legais, como os tratados de armaria e os armoriais) e procura aplicá-los às manifestações estudadas. Mas não será essa, na verdade, uma opção falaciosa? Certamente, as práticas heráldicas eram dotadas de certa coerência, indispensável para que funcionassem com *sistema comunicativo* eficaz, uma vez que os emblemas tinham não apenas de ser assumidos pelos seus detentores, mas também exibidos diante de outrem; este último acto constituía mesmo, como afirma Faustino Menéndez Pidal, uma característica essencial e intrínseca dos emblemas heráldicos⁶⁷. A exibição das armas formava, em si mesma, um processo comunicacional: ela decorria conforme determinados preceitos, recorria a determinadas formas de manifestação plástica, dirigia-se a públicos diferenciados (conforme fosse,

⁶⁵ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Alguma heráldica no Mosteiro da Batalha, cit., p. 151. Algumas décadas antes, portanto mais longe da norma invocada e com menor probabilidade da sua existência consuetudinária, “lapso” similar, embora mais justificado por corresponder à genealogia, teria ocorrido na feitura de matriz sigilar para o Arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (cfr. selo de 1427, publicado em ABRANTES, Marquês de – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983, p. 303). A autointitulada cópia de outro armorial régio, anterior a 1521, o Livro da Guarda-Roupa dos Reis, apresenta este mesmo esquartelado invertido para as armas de Sousas (fl. 10), em ordenamento repetido no II quartel das armas atribuídas a Pero Cardoso de Andrade (fl. 94). Sobre esta cópia, feita por Brás Pereira Brandão, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, pp. 213-216.

⁶⁶ Consultou-se a reimpressão, pela Fundação Calouste Gulbenkian, da edição feita em Coimbra em 1797, a qual corresponde ao chamado terceiro sistema das Ordenações, datado de 1521. A crer na tábua de correspondências que encabeça o 1.º volume, esta norma constava já do primeiro sistema, de 1514, desta feita no título 24 do Livro II.

⁶⁷ Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

por exemplo, uma iluminura patente numa carta de armas que, guardada e transmitida de geração em geração, ajudava a construir a memória colectiva da linhagem; uma pedra de armas que marcava a posse de um solar e que assim o fixava como origem reconhecida da família; um prato de porcelana armoriado pelo qual se exprimia, diante dos comensais, a riqueza, o fausto e, ao cabo de algumas gerações, a antiguidade dos seus sucessivos proprietários; ou tantas outras).

Mas o *sistema heráldico* não funcionava necessariamente – e muito menos exclusivamente – em conformidade com o que estava estipulado nas normas oriundas da Coroa, fosse por via das disposições legais, fosse pelos textos teóricos em circulação, alguns dos quais da autoria dos oficiais de armas. No caso português, deve salientar-se que a centralização da autoridade heráldica se verificou durante a dinastia de Avis, nomeadamente com a política de concessão de cartas de armas iniciada no reinado de D. Duarte e fortemente ampliada nos seguintes; e com a criação de um registo geral de mercês heráldicas sob a égide do rei de armas Portugal e a promulgação da primeira legislação de foro heráldico, no reinado de D. Afonso V. Estas medidas culminaram, já com D. Manuel I, com a série de iniciativas tendentes a afirmar a autoridade exclusiva da corporação dos oficiais de armas ao serviço da Coroa, em matéria de heráldica de família. Mas não se deve tomar o discurso régio, e muito menos o dos próprios oficiais de armas, como reflexo do que era efectivamente a prática heráldica da sua época. Como aponta Menéndez Pidal, as considerações explanadas por estes funcionários régios nos tratados de armaria que redigiram

“De poco nos sirven para conocer objectivamente el sistema heráldico, aunque nos ilustran acerca de las ideas reinantes en su tiempo sobre estos temas, que no dejaron de tener alguna repercusión en lo realmente practicado.”⁶⁸

Assim, a heráldica portuguesa na Idade Moderna conheceu uma ampla sobrevivência das práticas medievais, que não condiziam com as normas apregoadas nos tratados e, por isso, escaparam amiúde à análise dos heraldistas, que escreveram sob a influência destas obras. Ora, uma das características usuais das armas medievais radicava na sua tendência para o esquematismo; daí derivava a estilização heráldica, apostada em cores fortes, em contrastes, em linhas duras, bem como o reforço dos atributos principais e o desprezo pelos pormenores. É também a essa característica de esquematismo que se deve a chamada “instabilidade” das insígnias medievais, ou seja, a ausência de normas

⁶⁸ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos...*, cit., p. 22.

restritivas de representação das armas, como assinalou Michel Pastoureau ⁶⁹. Menéndez Pidal, por seu turno, chamou a atenção para o facto de tal instabilidade denotar uma “ausencia de sujeción - de las formas en este caso, pero también de los usos - a las concepciones rígidas derivadas de una racionalidad estricta”⁷⁰. Neste sentido, pode considerar-se que a inversão dos quartéis das armas reais no escudo deste túmulo se terá ficado a dever a uma sobrevivência do espírito heráldico medieval⁷¹.

Uma explicação alternativa pode contudo ser também alvitrada. Esta arca parece ter sido feita para o local de onde foi removida e no qual, aparentemente, esteve durante séculos, ou seja, encostada à parede dita do Evangelho. Esta afirmação justifica-se pela ausência de qualquer decoração numa das faces, nem tão pouco no respectivo lado da tampa. Estando deste modo encostada à esquerda, como diz Vergílio Correia, o seu topo “esquerdo”⁷² ficaria mais próximo do altar, virado para ele. Não repugna, assim, ver nesta inversão dos quartéis a forma de cumprimento que se designa por cortesia heráldica, um querer olhar de frente, em termos emblemáticos, para o altar onde Cristo se faria presente até ao consumir dos séculos⁷³.

Um lugar paralelo pode ser eventualmente encontrado, a respeito de outro descendente de D. Lopo Dias de Sousa, nas armas de D. Isabel de Sousa, no túmulo que esta partilha com seu marido, D. João de Noronha, o Moço, na igreja de Santa Maria de Óbidos⁷⁴. Igualmente colocado do lado do Evangelho e portanto em idêntica posição face ao altar-mor, as armas dos Sousas de Arronches neste túmulo apresentam a mesma inversão do

⁶⁹ PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris : Bordas, 1993, p. 239.

⁷⁰ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos...*, cit., p. 42.

⁷¹ É de notar, em apoio desta tese, que a alta aristocracia do reino evitou sujeitar as suas armas a qualquer tipo de sanção régia, evitando destarte o reconhecimento da autoridade do rei de armas Portugal sobre as insígnias das famílias da antiga e primeira nobreza. Ao longo de todo o Antigo Regime, e mesmo por vezes para lá dele, nos tempos da monarquia constitucional, a alta nobreza, oriunda de linhagens tradicionais, praticou uma heráldica que, salientando a antiguidade e legitimidade própria dos seus sinais, se inscreveu à margem das determinações oficiais e da autoridade dos oficiais de armas. E tal heráldica configurava-se, amiúde, em contraponto com as normas patentes nas obras teóricas então em circulação. Ainda neste domínio, ocorre lembrar que, muito embora os textos normativos correspondessem frequentemente à positivação de regras costumeiras já observadas, está-se aqui a pretender explicar uma suposta desobediência a preceito cuja publicitação será mais tardia algumas décadas, numa realidade quatrocentista com grande ductilidade plástica, de que é também exemplo o túmulo executado para a 1.^a Duquesa de Coimbra, que se encontra na igreja de Santa Clara-a-Nova de Coimbra.

⁷² Em heráldica, a direita (dextra) e a esquerda (sinistra) são inversas à posição do observador.

⁷³ Em sentido contrário a esta hipótese, não se pode ocultar o caso flagrantemente contrário do acima referenciado túmulo de Diogo Fernandes de Almeida, em que, a ocorrer cortesia, a mesma se mostraria feita à porta axial da igreja e não ao altar.

⁷⁴ Sobre este túmulo, cfr. FLOR, Pedro – *O túmulo de Dom João de Noronha e de Dona Isabel de Sousa na igreja de Santa Maria de Óbidos*. Lisboa: Colibri, 2002.

esquartelado que na arca da Batalha. Convém referir, contudo, que as armas de D. João de Noronha não seguem esse suposto critério de cortesia, o qual fica assim mais duvidoso do que um simples equilíbrio estético buscado para os quartéis que nas armas destes cônjuges eram iguais, a saber, os das quinas. É ainda de frisar que, a corresponder esta representação a prática voluntariamente seguida, a mesma seria dissonante da do irmão da tumulada, o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, de que é prova mais evidente a pedra datada de 1509 que ainda persiste na cabeceira da sua sé.

Sendo difícil em pedras de armas descontextualizadas distinguir o erro da intenção⁷⁵, a cortesia surge, com clareza, em práticas que abarcam vários séculos, citando-se as armas do 1.º Conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida, no seu túmulo dessa cidade; as armas que em lisonja existem em sepultura da igreja de São João Baptista, em Tomar⁷⁶; e uma formosa pedra tumular conjugal na igreja de Nossa Senhora da Graça, em Torres Vedras, em que a cortesia heráldica é reforçada por um aperto das mãos que saem dos escudos.

Tratando agora da colocação dos cinco escudetes da arca tumular batalhina, a sua verticalidade uniforme costuma ser usada para apontar uma cronologia posterior a 1485, data em que D. João II concluiu a reforma do escudo real, eliminando a cruz de Avis e uniformizando a posição dos escudetes⁷⁷. Na verdade, os ramos secundários, legítimos ou não, da Família Real, em prática sem originalidade no contexto europeu, tenderam a imitar as modificações ocorridas nas armas reais, reforçando a sua pertença.

Se assim será, em termos gerais, há que advertir para que alguns vestígios, em monumentos datáveis de época bastante anterior, têm sido propostos como

⁷⁵ Como no caso da pedra de armas seiscentista de Noronhas, hoje no Museu do Carmo e proveniente das imediações do convento da Trindade, com os quartéis invertidos, estudada em PINTO, Segismundo, e OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de, *Peças de Interesse Heráldico*. In ARNAUD, José Morais, e FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, p. 394.

⁷⁶ Cfr. PORTUGAL, João António – Dois túmulos: os de Azevedo. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) / Caminhos Romanos, 2012, p. 381, nota 16.

⁷⁷ Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula (coord.). *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem. Actas do 2.º Colóquio de Artes Decorativas. 1.º Simpósio Internacional*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Centro Cultural e Científico de Macau / Escola Superior de Artes Decorativas, 2010, pp. 46-82.

correspondendo a prática similar, posto que diversa da normatividade vigente⁷⁸. Em época bastante mais próxima, o padrão deixado por Diogo Cão no Cabo da Cruz (hoje Namíbia), que se encontra no *Deutsches Historisches Museum* de Berlim, apresenta escudo só com as cinco quinas, com os escudetes na vertical. Ora, datado esse padrão de 1485, a viagem correspondente iniciou-se no ano anterior. Inversamente, nem todos os usuários de armas com as cinco quinas foram tão apressados em modificá-las. Ainda hoje, em Almoester, o túmulo de abadessa desta família, D. Violante de Sousa, falecida já bem entrado o século XVI, exhibe os escudetes laterais apontados ao centro.

Estas reflexões não permitem garantir a quem pertenceria originariamente esta arca tumbal⁷⁹. A seguir-se com rigor o limiar de 1485, tal redundaria na conclusão da improbabilidade de a mesma ter sido coeva da morte de Diogo Lopes de Sousa, suposto primeiro donatário da capela ou, pelo menos, o primeiro a ser aí tumulado, já que este morreu quase 40 anos antes da reforma da heráldica régia, nem tão pouco de seu filho Álvaro de Sousa, falecido este em 1471. Não é de excluir, no entanto, que esta arca possa corresponder a local de recolha das suas ossadas, seguindo modelo estilístico que, em 1485 ou pouco depois, podia também ser já considerado algo arcaizante.

Duzentos anos depois da hipotética conclusão desta arca, as obras determinadas pela piedade filial do Cardeal D. Luís de Sousa resultaram num “bello e magnifico mausoleo”⁸⁰ e num retábulo de altar segundo modelo muito em voga na corte de D. Pedro II⁸¹. Assente o túmulo em leões (como acontece com a arca de seus

⁷⁸ Referenciam-se aqui os casos, motivo de enunciação de perplexidade mais do que defesa de conclusão, elencados em BORGES, José Guilherme Calvão – *Tombo Heráldico do Noroeste Transmontano, vol. I, Concelhos de Chaves e Valpaços*. Lisboa: Livraria Bizantina, 2001, pp. 23-25, das pedras da torre de menagem do castelo de Chaves e na torre de Lapela, no concelho de Monção. Pelo menos no primeiro caso, as proporções dos escudetes laterais sugerem obra posterior.

⁷⁹ Mas sendo óbvia impossibilidade a atribuição ao 1.º Conde de Miranda, sugerida em BARBOSA, Ignacio de Vilhena – *Monumentos de Portugal...*, cit., p. 27.

⁸⁰ O Cardeal Saraiva (SARAIVA, D. Frei Francisco de São Luís – *Memoria Historica...*, cit., p. 315) transcreve a leitura feita por D. António Caetano de Sousa da inscrição latina na face do túmulo, por se mostrar este já danificado, detendo-se em interpretação das iniciais que a encabeçavam: X R P M H S E, que a tradição conventual traduziria por *Decima regia persona masculina hic sepulta est*. Não parece sequer que quem inventou esta leitura soubesse contar. Assim, podendo certamente somar-se como nove predecessores com a qualidade indicada, por ordem de inumação, os corpos de D. João I, D. Duarte, D. João, D. Pedro, D. Fernando, D. Henrique, D. Afonso V, D. Afonso e D. João II, parece manifesta a desvalorização do Infante cujo pequeno túmulo hoje acertadamente ladeia o de D. Duarte, nas Capelas Imperfeitas, bem como dos demais varões da casa de Sousa que aqui estariam já inumados, nos dois centénios precedentes. Se a interpretação das últimas três letras dificilmente estará errada, as primeiras quatro relevarão dalguma expressão piedosa propiciada pela erudição latinista do Cardeal D. Luís de Sousa.

⁸¹ COUTINHO, Maria João Pereira – *Convento de São Pedro de Alcântara. A Capela dos Lencastres*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 54.

antepassados), exhibe-se, congruentemente com o altar, uma simbologia heráldica mais elaborada.

As armas exibidas, quer no centro da mesa de altar, quer encimando o arco em que se encerrou o arcossólio do 2.º Conde de Miranda, são as mesmas, com um rigor que não admite falta de intenção. Corrigindo-se a ordem dos quartéis de acordo com a norma, aproveitando diferentes pedras para representar os esmaltes adequados, em escudo boleado que se usa designar como francês, surge-nos um esquartelado⁸², no I e IV, as armas do Reino⁸³, no II e III, de vermelho, caderna de crescentes de prata (representada por branco). Há a notar a actualização sofrida nos quartéis régios, suscitada por quem se preocupa “em mostrar – heráldicamente – o seu parentesco com o soberano como o mais próximo possível”⁸⁴. Que esta evolução não foi feita de forma uniforme, é bom exemplo o uso já aludido, em 1509, por D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, de armas sem bordadura, sendo certo que o coevo Livro do Armeiro-Mor, contendo juramento do seu autor datado do mesmo ano, atribuía a bordadura de castelos às armas dos “Sousas Chefes”⁸⁵.

Quer no altar (figura n.º 4), quer no túmulo (figura n.º 5), o escudo é encimado por uma coroa aberta, com cinco florões aparentes, no primeiro caso, e nove no segundo, dada a sua tridimensionalidade, coronel este que é classificado pelo Cardeal Saraiva como coroa ducal⁸⁶. Há que esclarecer primeiramente que a hierarquização destas insígnias ainda não correspondia ao estabelecido na tratadística moderna. Por outro lado, se o inumado era Conde, o seu filho primogénito e sucessor, à altura da feitura do túmulo, tinha sido elevado a Marquês de Arronches. No seguimento daquela despersonalização

⁸² Ao contrário do que refere Maria João Pereira Coutinho em *A produção portuguesa de obras de embutidos...*, cit., vol. I, p. 330 em nota, e em *Convento de São Pedro de Alcântara...*, cit., p. 61, não há, no sentido heráldico do termo, qualquer bordadura branca, correspondendo o que tal parece a mero sublinhado das partições e limites do escudo, em solução que nenhum significado emblemático tem, aliás como em relação a outra instância, nas armas de D. Veríssimo de Lancastre, acertadamente comentara a mesma autora, nesta segunda obra, a p. 26.

⁸³ Os castelos da bordadura, se bem que correctamente estilizados, têm as suas torres tão diminutas que facilmente se confundiriam com torres heráldicas, simplificação essa que por esta altura e pelos séculos seguintes realmente ocorreu.

⁸⁴ Cfr. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Alguma heráldica no Mosteiro da Batalha, cit., p. 152.

⁸⁵ Cfr. AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Un fameux écartelé portugais. *Archivum Heraldicum*. 1965, n.º 2-3, p. 34, nota a ausência de diferença de ilegitimidade, julgando que para o autor do Livro do Armeiro-Mor o esquartelamento constituiria já diferença bastante. É provável que assim seja, porque o mesmo critério é seguido nas armas de Noronhas, do Marquês de Vila Real ou do Conde de Penela, ao contrário do que sucede com as do Duque de Coimbra. Umhas décadas mais tarde, já depois da publicação das Ordenações, António Godinho aplica um filete em todos estes ordenamentos, no seu Livro da Nobreza e Perfeição das Armas, dito da Torre do Tombo.

⁸⁶ Cfr. SARAIVA, D. Frei Francisco de São Luís – Memoria Historica..., p. 315.

que se assacou a esta Capela nas linhas iniciais, julga-se que também aqui se fez prevalecer a representação da família e não do indivíduo, aliás apenas àquela podendo licitamente associar-se o altar. Será, assim, pertinente chamar a atenção para o armorial cujo título começa como *Tombo das Armas dos Reis e Titulares*, abreviadamente conhecido como *Thesouro da Nobreza*, concluído em 1675 por Francisco Coelho, Rei de Armas Índia, códice que apresenta coronéis muito semelhantes, nos florões, a estes, nos ordenamentos dos Marqueses então existentes⁸⁷, em contraste com o mais elaborado que atribui ao Duque de Cadaval. Há, ainda, a notar nos aros destes coronéis como que uma decomposição do escudo. Assim, como pedraria que ornamenta os aros, vêem-se claramente reproduzidas cadernas de crescentes, alternando com cinco orifícios redondos colocados em cruz, claramente evocativos das quinas⁸⁸.

No túmulo, o escudo assenta em robusta cartela. No caso do altar, o escudo é ladeado por dois ramos de lírio, não sendo possível afiançar com que exacto conteúdo simbólico, mas evocando, também na Batalha, exemplos de arte heráldica tão gratos como os escudos do Rei D. Duarte e de sua Mulher, ladeados que estão pelas suas empresas vegetalistas, no refeitório ou nas belas peças que hoje se dividem entre as reservas do Mosteiro e o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, por empréstimo daquele.

A relação com retábulos da mesma época foi já estudada por Maria João Pereira Coutinho⁸⁹. Do nosso ponto de vista, importa assinalar apenas os altares que são apropriados pela aposição de heráldica familiar. Cite-se, assim, o caso do altar encomendado cerca de meio século antes do da Batalha, pelo 2.º Marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura Corte-Real, para panteão gizado na igreja do lisboeta

⁸⁷ Torre do Tombo, Casa Real, Cartório da Nobreza, Livro 21, fl. 23.

⁸⁸ Este uso de peças soltas do escudo pode ser lido como marca italianizante (cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de, e GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal. Memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento (13 de Maio de 1699 – 13 de Maio de 1999)*. Oeiras: Universidade Lusíada/Câmara Municipal de Oeiras, 1999, p. 82, nota 135). Numa lógica distinta, embora de aparência similar, cite-se o uso de quinas, castelos e leões soltos na decoração de arca de infante que se encontra em Alcobaça (cfr. SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 53). Nesta situação, está-se perante uma lógica primitiva dos sinais medievais, identificativos da linhagem extensa; no caso da Batalha, as figuras das armas, perfeitamente estabelecidas e com representação indissociavelmente ligada ao escudo, são utilizadas de forma artística e livre para reiterar e sublinhar o corpo principal da mensagem.

⁸⁹ Cfr. COUTINHO, Maria João Pereira – *Convento de São Pedro de Alcântara...*, cit., p. 55, bem como *A produção portuguesa de obras de embutidos...*, cit., vol. I, p. 326.

Convento de São Bento da Saúde⁹⁰ Em termos cronológicos mais próximos, há a citar o altar da Capela dos Lencastres, na igreja do convento de São Pedro de Alcântara, em Lisboa⁹¹, bem como o caso certamente mais similar, quer em termos estilísticos,⁹² quer heráldicos⁹³, da capela de São Francisco da Quinta do Calhariz, em Sesimbra, aliás obra do descendente de uma filha do Mestre D. Lopo Dias de Sousa⁹⁴. À pedra de ara corresponde uma “pedra” (de armas) na ara, envolvendo a família na comunicação com o transcendente, na sucessão de gerações.

A escassa notícia sobre enterramentos no Mosteiro da Batalha foi sempre entendida como consequência da apropriação régia do espaço sagrado, com interditos⁹⁵ e concessões que os reforçam⁹⁶. No século XVII, o *Couseiro*, aproveitando a tradição da picagem de epígrafes por ordem de D. Sebastião, reitera que “n’esta egreja do convento não se enterra pessoa alguma”⁹⁷. Para a generalidade dos moradores ou outros benfeitores que se acolhiam à sombra dos frades dominicanos, a vizinha igreja de Santa Maria-a-Velha constituía-se como lugar de centralidade, na vida⁹⁸, como na morte,⁹⁹ de

⁹⁰ Cfr. CÔRTE-REAL, João Afonso – *Identificação de um frontal de altar do século XVII*. Lisboa, 1953. O altar ostenta as armas do patrono tendo em abismo uma lisonja com as armas de sua mulher, da Casa dos Marqueses de Ferreira, em rara (mas não única entre nós) forma de representação de armas conjugais. Sobre esta malograda capela funerária, cfr. COUTINHO, Maria João Pereira, *A produção portuguesa de obras de embutidos...*, cit., vol. I, p. 115.

⁹¹ Caso particularmente estudado em COUTINHO, Maria João Pereira – *Convento de São Pedro de Alcântara...*, cit.

⁹² Cfr. COUTINHO, Maria João Pereira, *A produção portuguesa de obras de embutidos...*, cit., vol. I, p. 378, sugerindo-se idêntica autoria.

⁹³ Escudo dito ibérico, esquartelado, I e IV, as armas do Reino, II e III, de vermelho, caderna de crescentes de prata; o escudo encimado por coronel de 5 florões e assente em cruz de duas travessas, tudo de ouro; chapéu verde com seis borlas por lado.

⁹⁴ Cfr. STOOP, Anne de – *Quintas e Palácios dos Arredores de Lisboa*. Barcelos: Civilização, 1986, pp. 339-343, e SERRÃO, Eduardo da Cunha, e SERRÃO, Vítor – *Sesimbra monumental e artística*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1997, pp. 108-113.

⁹⁵ Cfr. o testamento de D. João I, de 1426, proibindo a sepultura na capela-mor de “nehuum de qualquer estado e comdiçam que seja”; GOMES, Saul António – *Fontes...*, cit., volume I, doc. 52 (p. 139).

⁹⁶ GOMES, Saul António – *Fontes...*, volume I, doc. 78: licença ao Infante D Henrique da capela de Santa Bárbara para sepulcro dos servidores que entendesse, propondo aquele autor (O Infante D. Henrique, a Batalha e os Destinos de Portugal, *Jornal da Golpilheira*, ano XV, edição 162, p. 16), em alocução proferida no Mosteiro da Batalha, em 14 de Novembro de 2010, que este “sinal de evidente prestígio e honra sociais” serviria como encorajamento para a empresa de Tânger.

⁹⁷ Cfr. cap. 73, p. 125.

⁹⁸ Cfr. VIEIRA, Sandra Renata Carreira – *Santa Maria-a-Velha da Batalha. A Memória da igreja (Séculos XIV a XX)*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2008, p. 39, e GOMES, Saul António – *O Livro do Compromisso da Confraria e Hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544)*. Leiria: Edições Magno, 2002.

⁹⁹ VIEIRA, Sandra Renata Carreira – *Santa Maria-a-Velha...*, cit., pp. 40 e 44. Quanto à tumulação nesta igreja, cfr. ainda CABRAL, Gonçalo d’Aguiar – A propósito de umas pedras tumulares da vila da Batalha. *Armas e Troféus*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, V série, tomo I, 1980, pp. 111-117. A coexistência de duas igrejas denominadas como Santa Maria da Vitória propicia equívocos, como o que se incorreu em SANTOS, Carlos Ary dos – *Livro da Linhagem dos Cunhas da Batalha. Armas e Troféus*.

modo mais marcante até à construção da igreja paroquial da Exaltação da Santa Cruz, mas persistindo mesmo depois desta data. Porque lograram pois estes Sousas, que vimos estudando, ultrapassar tal suposta interdição? Ou melhor, que antecedentes lhes teriam permitido obter esse privilégio?

Os Sousas primitivos¹⁰⁰ buscaram acolhimento na morte em mosteiros de seu padroado, onde eram *naturais*, com preferência clara pelo de Santa Maria de Pombeiro¹⁰¹. Esta ligação persiste nas décadas imediatas, com várias doações e sepultamentos, que autorizam a que os monges beneditinos dedicassem “parte considerável das suas orações e cerimoniais” aos “antepassados da linhagem, aqueles de quem os monges conservavam o corpo e perpetuavam a memória”, no “mais importante espaço funerário de entre Douro e Minho”¹⁰². Aí sendo tumulados “caualleros antiguos que per la mayor parte eran de los Sousas”¹⁰³, mas também com notícia de parentes, pertencentes às linhagens dos de Celanova, Soverosa, Lima e Riba-de-Vizela, entre outras, o Mosteiro de Pombeiro assumiu um lugar mítico na memória heráldica da I Dinastia, com monumentalidade aumentada pela construção da famosa galilé¹⁰⁴, precisamente na altura em que a linhagem fundadora assumia novas preferências funerárias.

Apesar desta monumentalização pelos monges negros do panteão dos Sousões, estes, prosseguindo a sua estreita proximidade à Cúria, com o exercício de cargos tão relevantes como os de alferes-mor e mordomo-mor, buscaram acompanhar o Rei na

Lisboa: Instituto Português de Heráldica, II série, tomo IV, 1963, p. 144, ao considerar-se a pedra tumular que se encontra na capela do Pranto como passível de corresponder a enterramento que em inícios do século XVII se mandava fazer na capela-mor da igreja de Santa Maria da Vitória, naturalmente que não a conventual, onde aliás se encontrava então o túmulo duplo de D. Duarte e D. Leonor.

¹⁰⁰ Uma das cinco “linhagens dos bons homens filhos d’algo (...) que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal”, na expressão do Livro Velho de Linhagens,

¹⁰¹ GAMEIRO, Odília Filomena Alves – *A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*. Lisboa: Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, 2000, p. 64, data o primeiro documento autêntico conhecido que liga esta estirpe ao Mosteiro de 1102, constituindo uma doação de Gomes Echegues de Sousa e sua mulher Gontrode à comunidade que tinham fundado.

¹⁰² GAMEIRO, Odília Filomena Alves – *A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas...*, cit., p. 65.

¹⁰³ Manuel de Faria e Sousa, nas suas anotações ao Nobiliário do Conde D. Pedro, cit. em ABRANTES e de FONTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de – Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa - III - A heráldica dos «Sousões» no Claustro do Silêncio, de Alcobaça. *Armas e Troféus*. V série, tomo I, 1981, p. 55.

¹⁰⁴ Sobre as questões levantadas pelo suposto armorial lítico de Pombeiro, cfr. o resumo enunciado em SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação*, cit., p. 197, nota 440.

morte, no panteão régio que se constituía em Alcobaça¹⁰⁵, obtendo o direito de sepultamento e constituindo o panteão familiar que hoje se encontra no claustro do silêncio da abadia alcobacense, à sombra dos monges brancos¹⁰⁶. Estas proximidade e intenção associativa foram já sublinhadas pelo Marquês de Abrantes¹⁰⁷, por Mário Jorge Barroca¹⁰⁸, Odília Filomena Alves Gameiro¹⁰⁹ e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro¹¹⁰.

Rapidamente verificada a extinção na varonia destes Sousas, os espaços de tumulação de quem dos mesmos recolhe a memória, traduzida no nome e armas, variam, como igualmente variam no século XIV os espaços de inumação régia, entre Odivelas, Lisboa e Alcobaça. A Batalha surge, no dealbar de nova dinastia, como uma nova Alcobaça, um local dotado do carisma e da estabilidade necessários ao desempenho de papel de espaço privilegiado de memória e poder, assim se associando os novos Sousas a essa função de comemoração.

Aproveitando a centralidade dinástico-religiosa da Batalha em Quatrocentos, e em articulação com a visão política pretendida para o mesmo mosteiro, para utilizar formulações felizes de Saul António Gomes¹¹¹, os novos Sousas buscam uma grandiosa

¹⁰⁵ Cfr. SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003, em especial pp. 10-13. A aura de Alcobaça, apesar de recente data, era suficiente para D. Sancho II, em Toledo, reiterar anterior disposição testamentária, mas desta vez reforçada pela alusão aos seus pais, elegendo sepultura no mosteiro cisterciense, disposição esta nunca cumprida (cfr. o testamento de 1248, publicado em SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa Occidental: Officina Sylviana da Academia Real, 1739, tomo I, p. 50).

¹⁰⁶ Em mais uma manifestação da preferência por cenóbios cistercienses, em detrimento dos beneditinos, como acentua MATTOSO, José – A nobreza medieval portuguesa, as correntes monásticas dos séculos XI e XII. In *Portugal Medieval – novas interpretações*. Lisboa: INCM, 2.ª ed., 1992, p. 217.

¹⁰⁷ ABRANTES e de FONTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de – Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa - III - A heráldica dos «Sousões» no Claustro do Silêncio, de Alcobaça, cit., p. 55. Não parece procedente a ligação aventada entre esta mutação e a evolução da reconquista, com deslocação dos interesses patrimoniais para sul, isto face à análise efectuada por Odília Gameiro (*A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas...*, cit., pp. 26-46, por facilidade resumida no quadro publicado na p. 45).

¹⁰⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, vol. II, tomo 1, p. 803.

¹⁰⁹ *A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas...*, cit., p. 67.

¹¹⁰ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família / Universidade Moderna, 1999, vol. I, p. 210.

¹¹¹ GOMES, Saul Antonio – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, pp. 350-351.

capela igual à dos Reis¹¹², a qual mantêm, mesmo após recomposição dos seus interesses patrimoniais¹¹³.

É certo que, a partir de D. Manuel I, o panteão régio da Batalha é obnubilado pelos Jerónimos nesse papel. Há ainda uma inércia de dois séculos, talvez facilitada pelo período da “corte na aldeia”, em que as glórias passadas de Avis ainda seriam suficientes para motivar o acolhimento à sombra do convento batalhino dos restos dos Senhores, mais tarde Condes, de Miranda, mesmo os falecidos em terra estranha. Após a Restauração, simbolicamente encerrando na Batalha o último Senhor desta Casa morto precisamente com a alvorada da nova Dinastia, a constituição de novos locais de sepultura régia em Lisboa poderá explicar o recurso privilegiado a um outro panteão familiar, este adquirido por via daquela Condessa D. Mécia de Vilhena, que vimos ser sepultada na Batalha. Trata-se do convento de Santa Catarina de Ribamar, localizado no que hoje é a freguesia de Cruz Quebrada – Dafundo, no concelho de Oeiras. Convento fundado por D. Isabel, Duquesa de Guimarães, em 1551, já viúva do Infante D. Duarte, após a sua morte passa o padroado a ser detido por Fernão da Silva, Comendador de Alpalhão, capitão da Torre de Belém, avô materno do 2.º Conde de Miranda como pai da referida Condessa D. Mécia de Vilhena.

Com história assaz atribulada, quer quanto à sua filiação religiosa, quer quanto ao seu edifício e própria localização, há notícia do sepultamento destes Sousas, durante o século XVIII tornados Duques de Lafões, entre os quais a mulher do 2.º Conde de Miranda, que, se se fez acompanhar do corpo deste no seu trânsito de Madrid, não o acompanhou no túmulo da Batalha. Após a ruína final deste novo panteão dos Sousas, agora de Lafões, boa parte dos restos mortais aí depositados terá sido transferida, em

¹¹² MACEDO, António de Sousa de – *Flores de España, Excellencias de Portugal*, 2.ª ed., Coimbra, 1737, p. 61, no cap.º 7.º, Excellencia V, falando destes Sousas: “Como Reyes son avidos en el Real Monasterio de la Batalla, adonde por ningun caso tienen sepultura, sino los Reyes de Portugal, y Infantes sus hijos; solo el Conde de Miranda, por Sousa, tiene de tiempos antigos una grandiosa Capilla igual con las de los Reyes, para entierro de los sucessores de la casa. A lo qual los Frayles del Monasterio replicaron fuertemente, pero determinóse en fovor [sic] del Conde, porque aunque le falte el titulo de Rey, y Infante, la sangre es la misma,; y assi estan oy los Condes de Miranda en possession desta honra, que es la mayor que sé que tenga señor en España”. Desconhece-se se essa referência à resistência dos frades será exercício de retórica ou se corresponde a um efectivo sucesso, inclinando-nos para a primeira possibilidade.

¹¹³ Por exemplo, utilizando o Convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches, como indicado nas notas 21 e 22, mas apenas temporariamente, com funções vestibulares em futuro trânsito para a Batalha.

1886, para o jazigo desta casa ducal no cemitério do Alto de São João, em Lisboa¹¹⁴, abarcando esse número, a título exemplificativo, os corpos dos 1.ºs Marqueses de Arronches, de sua neta e sucessora, a 2.ª Marquesa e marido, o Príncipe Carlos José de Ligne, da filha destes e respectivo marido, o Senhor D. Miguel, filho de D. Pedro II. A Batalha jamais seria de novo panteão de Sousas. Aprofundemos, então, a mensagem que os respectivos símbolos heráldicos, apostos na sua Capela, nos transmitem.

Como se disse, os antigos *Sousões* haviam constituído uma das cinco estirpes consideradas como fundadoras da nobreza portugalense, salientando-se não apenas pela extensão dos seus domínios e influência, como também pela continuidade da permanência na corte régia, onde sucessivas gerações desempenharam cargos do mais elevado prestígio e efectivo poder¹¹⁵. A linhagem dos *de Sousa* pode, assim, ser apontada como um caso paradigmático de construção de uma memória nobiliárquica, lançando mão, como refere Odília Gameiro, de meios diversificados para atingir tal finalidade¹¹⁶:

- a onomástica, pela qual se tendiam a repetir nomes de personagens familiares considerados como fundadores ou heróis, vincando ao mesmo tempo a perpetuação da família no encadeamento das suas gerações sucessivas;
- os bens patrimoniais de prestígio como quintãs e residências senhoriais, pelos quais a linhagem marcava presença nos territórios colocados sob sua autoridade;
- a ligação a determinados cenóbios sobre os quais se exercia patronato, como o de Grijó, ou que vieram a servir de panteão familiar, primeiramente o mosteiro de Pombeiro de Riba de Vizela, depois o de Santa Maria de Alcobaça, como se viu *supra*.

Os *Sousões* lograram, deste modo, construir uma memória linhagística de notável definição e intensidade, e que envolvia tanto uma dimensão profana, bem patente na literatura genealógica medieval, como uma dimensão sagrada, sobretudo por via do culto de Santa Senhorinha, dotado de ampla divulgação pelos relatos hagiográficos transmitidos por via oral e escrita.

¹¹⁴ Cfr. Valdez, Ruy Dique Travassos – *Subsídios para a heráldica tumular moderna lisiponense*. S. l., s. n., 1948/49, vol. I, p. 23.

¹¹⁵ Cfr. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 205; e GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal...*, cit., pp. 65-66.

¹¹⁶ GAMEIRO, Odília Filomena Alves – *A construção das memórias nobiliárquicas portuguesas...*, cit., pp. 59-71.

No século XIV, a vetusta estirpe dos Sousões entrou em acentuado declínio e feneceu no seu ramo principal e varonil. A questão da herança da linhagem de Sousa, tanto nos seus aspectos patrimoniais como simbólicos, entroncou então de forma directa nos interesses e na estratégia matrimonial da própria dinastia régia, como assinala Sotto Mayor Pizarro:

“Uma das casas senhoriais que, por intermédio das alianças referidas anteriormente [*i.e.*, dos bastardos da Casa Real com outras estirpes da nobreza portuguesa] passou para o controle da Coroa foi precisamente a de Sousa, a mais antiga e, porventura, a de maior prestígio no conjunto da nobreza, até finais do século XIII.”¹¹⁷

Mercê de um autêntico cerco matrimonial, o rei viria a tornar-se, na expressão de Luís Krus, “herdeiro dos condes”¹¹⁸. Não obstante, a crise sofrida pela linhagem no século XIII pôs em risco a própria sobrevivência do nome de família. O chefe da linhagem em meados desse século, D. Mem Garcia de Sousa, teve três filhos que atingiram a idade adulta: Gonçalo Mendes de Sousa, que não houve geração; D. Maria Mendes de Sousa; e D. Constança Mendes de Sousa. Os descendentes imediatos de D. Maria Mendes de Sousa adoptaram o apelido paterno de Valadares (D. Maria Mendes de Sousa, depois de ter sido abusada pelo seu irmão Gonçalo Mendes de Sousa, casara com Lourenço Soares de Valadares; deste consórcio nasceu uma única filha herdeira, D. Inês Lourenço de Valadares). Quanto a D. Constança Mendes, casara com Pedro Anes de Portel, de quem teve João Pires de Portel ou de Sousa (falecido sem descendência), D. Branca Pires e D. Maria Pires Ribeira.

Nestas circunstâncias genealógicas, três das representantes da antiga estirpe contraíram matrimónio com rebentos ilegítimos da Casa Real: D. Inês Lourenço de Valadares casou com Martim Afonso *Chichorro* (filho de D. Afonso III e de uma moura); D. Maria Pires Ribeira com D. Afonso Dinis (filho de D. Afonso III e de Marinha Pires de Enxara); e D. Branca Pires com D. Pedro Afonso (filho do rei D. Dinis e de Gracia Anes), conde de Barcelos e célebre autor do *Livro de Linhagens*. Dos dois primeiros casamentos houve geração, na qual se perpetuou novamente o apelido de Sousa, mas não de imediato.

Do casamento de D. Inês Lourenço de Valadares com Martim Afonso *Chichorro* nasceu Martim Afonso Chichorro (II), o qual conseguiu reaver alguns dos domínios da herança dos Sousas, sem contudo adoptar o respectivo apelido. Na verdade, tal recuperação só se realizou na pessoa de um filho deste, por nome Vasco Martins de Sousa. Havia pois passado duas gerações sem a presença do apelido. Sotto Mayor Pizarro sugeriu que a adopção de

¹¹⁷ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 166.

¹¹⁸ Cfr. KRUS, Luís – O rei herdeiro dos Condes: D. Dinis e a herança dos Sousas. In *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 58-99.

“um apelido tão *mítico* [foi uma forma de] sublimar a ilegitimidade dos nascimento, «mácula» que a simples posse de um património, por mais valioso que fosse, não ocultava verdadeiramente.”¹¹⁹

Embora a questão da onomástica, e em particular a da preferência pelo apelido de Sousa, tenha importância, convirá caldear estas considerações com o que se conhece da heráldica dos vários ramos desta família. Cremos mesmo que, se as circunstâncias genealógicas e patrimoniais atrás referidas ajudam a compreender a escolha dos emblemas de cada um destes ramos, verdade é que as armas podem, por sua vez, levar a uma melhor compreensão dos elementos simbólicos que tais linhagens elegeram para sua identificação. As escolhas subjacentes remetem para dados concretos, de natureza genealógica, política, patrimonial; mas também para um universo de valores, crenças e mitos que tiveram um peso decisivo na formação e difusão da consciência linhagística.

Já foi salientado como os séculos XIII e XIV formaram um período fundamental para a definição da heráldica das famílias da nobreza portuguesa.¹²⁰ Os antigos *sinais* das linhagens portugalenses, até então usados extensivamente como emblema identificativo de uma estrutura horizontal, cognática, de parentesco, serviram de matéria-prima para a criação das armas das linhagens verticais, segundo um modelo agnático. Desta maneira, os vários ramos das famílias nobres passaram a diferenciar as suas armas, recorrendo para esse efeito a diversos expedientes possíveis, como a troca de esmaltes, a alteração do número ou da natureza de figuras, ou a combinação de diversos *sinais* dentro de um mesmo escudo. Assim se formaram o que os heraldistas do século XX designaram como *famílias heráldicas*.

Ao examinar a constituição dos ramos que, a partir do século XIV, perpetuaram o apelido de Sousa, pode observar-se que eles, ao mesmo tempo que se reclamavam da herança simbólica ou patrimonial desta prestigiosa linhagem portugalense, procuraram também criar uma identidade própria, capaz de definir a idiossincrasia de cada uma delas. Tal construção baseava-se, por vezes, em instrumentos que já haviam sido usados anteriormente, tais como:

- a urdidura de gestas heróicas cujos protagonistas eram membros destacados da família, quer dos tempos primordiais da Reconquista e da fundação do reino, quer outros mais actuais mas unidos no desígnio comum da luta contra o infiel, e neste caso entendidos como uma espécie de *refundadores* da família;
- a associação a determinadas instituições religiosas, em particular igrejas ou cenóbios usados para sepultamentos monumentais;
- a intervenção na literatura genealógica, quer pela produção de obras novas, quer pela refundição de antigas.

¹¹⁹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 167.

¹²⁰ Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da «família heráldica» das bandas. *Armas e Troféus*. IX série, 2008, pp. 53-95.

De uma forma geral, todos estes expedientes redundavam na criação de *lugares de memória*, para retomar a expressão de Pierre Nora ¹²¹; e funcionavam como instrumentos de criação de uma memória colectiva familiar¹²².

Outra dimensão essencial na construção da memória colectiva das linhagens medievais prendeu-se com o aparecimento de duas instituições que a diversos títulos foram usadas nesse sentido: as capelas fúnebres e os vínculos patrimoniais. As primeiras encontravam-se directamente ligadas quer às aspirações espirituais de salvação das almas, quer ao desenvolvimento do conceito jurídico das “almas herdeiras”. O fenómeno, complexo e aliciante, foi estudado por Maria de Lurdes Rosa, que salientou a necessidade de ultrapassar as nossas ideias pré-concebidas para compreender como, na sociedade medieval, a dimensão sobrenatural desempenhava um papel efectivo na construção da ordem social e jurídica:

“Os princípios que a elas [capelas] presidem são muito diversos dos «modernos»: crença numa temporalidade sem fim previsto, mas na qual se jogava uma relação dinâmica, a salvação; crença na necessidade de inverter a relação com os bens materiais para obter a verdadeira riqueza; crença no poder do sacrifício ritual e da oração; crença, enfim, na eficácia dos castigos divinos. [...] As instituições de sufrágio por alma tornam-se assim legalmente organismos vivos, embora não humanos, e sobre os quais os homens operam com fortes restrições; organismos esses que funcionam para a sobrevivência do princípio anímico.”¹²³

Assim, para uma plena compreensão do sentido e da operacionalidade das capelas fúnebres, é mister abordá-las enquanto fenómeno dotado de dimensões complexas: legais (tanto ao nível do direito canónico como civil), administrativas, económicas, sociais, mas também culturais, espirituais, religiosas. Na intersecção entre o mundo dos vivos e o dos mortos, as capelas fúnebres formavam um elo essencial para a afirmação da consciência e da unidade da linhagem, bem como da sua relação privilegiada com a salvação.

O segundo instrumento de construção da identidade linhagística residiu numa instituição jurídico-administrativa destinada a garantir a indivisibilidade e inalienabilidade do património, permitindo e estimulando assim a sua transmissão e acrescentamento dentro do esquema das linhagens verticais: o morgadio¹²⁴. Como

¹²¹ NORA, Pierre (dir.) – *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.

¹²² Sobre a relação entre heráldica e memória colectiva familiar, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica nos arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória, In ROSA, Maria de Lurdes (org.). *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL), Caminhos Romanos, 2012, pp. 449-462.

¹²³ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012, p. 53.

¹²⁴ Veja-se, por todos, ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. É possível estabelecer um paralelo com recursos similares de concentração de património e construção de memória linhagística

salienta a mesma autora, também o morgadio deve ser entendido não apenas nas suas vertentes patrimoniais e administrativas, que de facto facultavam a concentração dos bens nas mãos do chefe da família, mas ainda em todo um conjunto de preceitos e de práticas simbólicas que lhe estavam associados e que fortaleciam a criação e a perpetuação da consciência de família. Tais preceitos e práticas passavam pela construção de uma imagem idealizada do fundador; pela insistência em determinadas conjugações de nomes próprios e a fixação e exclusivo no uso do apelido apontado pelo instituidor; pela referência a determinados espaços, com especial incidência, do ponto de vista profano, nas casas alçadas a “cabeça de morgado” e, do ponto de vista religioso, nos locais de sepultamento; e, por fim, pela obrigação de uso das armas determinadas pelo instituidor e a partir de então associadas de forma permanente ao respectivo apelido.

As armas, por sua vez, tinham uma dupla existência. Em primeiro lugar, por via das suas manifestações plásticas, elas exprimiam-se de forma concreta, actuando como objectos visuais capazes de transmitir aos observadores não apenas a identificação da linhagem, mas também uma série de outros conceitos relacionados (e cujo significado variava conforme a natureza e o local da manifestação e, bem assim, conforme o ponto de vista dos observadores). Em segundo lugar, as armas constituíam uma abstracção, patente no respectivo ordenamento heráldico que então começava a estar presente nos documentos de instituição de vínculos: tal como existia um conceito abstracto da linhagem, no qual se inseriam todos os indivíduos que a compunham ao longo das sucessivas gerações, assim também começava a haver a ideia de um ordenamento heráldico abstracto, identificativo da linhagem, que sintetizava e abrangia todas as manifestações concretas das armas¹²⁵.

É neste contexto específico que se devem situar as armas assumidas pelos diversos ramos que, de uma forma ou de outra, construíram a sua auto-representação como herdeiros dos Sousões. A heráldica dos Sousas tem despertado a atenção dos heraldistas, o que se explica, quer pela proeminência desta estirpe portugalense nos primeiros séculos da monarquia portuguesa, quer pelo carácter precoce e monumental das suas manifestações heráldicas. Não apresentaremos no presente texto um estado da questão das diversas abordagens de que as armas dos Sousões foram até agora alvo,

existentes na restante Península Ibérica, em particular o *mayorazgo* castelhano. Veja-se MENÉNDEZ PIDAL, Faustino – *La Nobleza en España: ideas, estructuras, historia*. Madrid: Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2008, pp. 179-195; e BECEIRO-PITA, Isabel; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *Parentesco y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*. Madrid: CSIC, 1990.

¹²⁵ Sobre esta relação entre as dimensões abstracta e concreta das armas, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «E tragam as armas direitas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado dos Costas: uma estratégia de comunicação?. In ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL), no prelo.

nem enumeraremos as fontes existentes para o seu conhecimento, por ter sido recentemente publicado um texto em que tais assuntos se encontram tratados.¹²⁶

A perspectiva que nos move agora centra-se porém numa problemática específica: ao tratar da morfologia, simbólica e usos concretos das armas dos Sousas, interessa-nos averiguar até que ponto também estes elementos heráldicos resultaram de um fenómeno de mimetismo em relação à Casa Real. E até que ponto, outrossim, tais elementos heráldicos se tornaram agentes de concretização desse mesmo fenómeno.

Comecemos por analisar o núcleo original das armas dos Sousões. Estas formaram-se a partir de um *sinhal* em que uma notável simplicidade gráfica se fundia com poderosas evocações simbólicas: o crescente. Do ponto de vista mítico, este colhia as suas raízes na ideia da vitória sobre as forças islâmicas. Sinhal por excelência dos inimigos da fé, o crescente reconvertido em insígnia identificativa duma linhagem cristã traduzia assim uma apropriação visual porventura decorrente da antiquíssima prática da exposição pública, geralmente em lugar sagrado, dos despojos tomados ao adversário. Tal género de apropriação baseava-se pois numa prática tradicional: a de dependurar as bandeiras capturadas não só nas naves das igrejas como nos espaços aí relacionados com a presença de determinadas famílias, em particular as capelas funerárias. No caso das bandeiras tomadas aos islamitas, a sua ostentação no espaço eclesial proporcionava decerto um sinal de vitória de determinado guerreiro e, por extensão, da sua linhagem, mas funcionaria também como forma de cristianização do mesmo emblema, numa perspectiva de anulação do seu conteúdo blasfemo. Neste género de troféu se uniam portanto, indissociavelmente, as cargas religiosa, militar e social.

O extraordinário prestígio dos Sousões entre os séculos XII e XIII pode porventura ter originado a difusão da figura do crescente nas armas assumidas por outras linhagens colaterais. Assim se teria formado, segundo António Machado de Faria, a *família heráldica* dos crescentes, uma das mais significativas da heráldica primitiva portuguesa¹²⁷. Alguns estudos mais recentes têm vindo, contudo, a evidenciar as limitações dessa visão puramente genealógica da formação das famílias heráldicas,

¹²⁶ SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sousas *Chichorros* e Sousas *de Arronches*: um enigma heráldico. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*, cit., pp. 411-445.

¹²⁷ CABRAL, António Machado de Faria de Pina – *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1944. Não obstante diversos aspectos especulativos e discutíveis, que o autor aliás apresentou como tais, este texto constituiu uma primeira tentativa de fornecer uma visão global do aparecimento e uso dos emblemas heráldicos medievais. Uma das principais teses do autor reportava-se à constituição de *famílias heráldicas*, ou seja, ao fenómeno de mimetismo das armas por via genealógica. Para ilustrar esta sua tese, Machado de Faria juntou, no final do seu opúsculo, um quadro com a divulgação dos crescentes, tendo como ponto de partida a caderna dos Sousões, que fazia remontar a D. Mendo Viegas de Sousa, e exemplificando a transmissão dos crescentes, por via de descendência consanguínea, aos Sousas *de Arronches*, Pintos, Briteiros (de D. Mendo Rodrigues de Briteiros), Alardos, Meireles, Carvalhos, Pessoas, Homens, Gatos e Barbosas.

salientando a existência de outro género de partilhas que podem ter estado na génese de usos heráldicos comuns¹²⁸.

Os crescentes adoptados pelos Sousões vieram a assumir uma forma preferencial que se cristalizou nas armas desta linhagem: a figura de quatro crescentes voltados uns para os outros e unidos pelas pontas, formando uma caderna, numa nítida evocação da cruz. Completava-se deste modo a mensagem de reconversão do sinal inimigo, na medida em que os crescentes islâmicos, simbolicamente apropriados pela poderosa linhagem da nobreza portugalense, se adaptavam ou vergavam eles próprios ao sinal supremo da fé cristã. Assim o entendeu Francisco de Simas Alves de Azevedo:

“On peut interpréter le lunel comme étant quatre croissants *mis en croix*; les armes des rois du Portugal étaient formées seulement jusque vers l’an 1248, date de l’accession d’Alphonse III, de cinq écussons besantés *mis en croix* [...]. On peut admettre que les armes des Sousa, comme celles des rois du Portugal, sont issues de l’idée de la Croisade.”¹²⁹

Na verdade, pode mesmo afirmar-se que a opção simbólica assumida pelos Sousões e pelas demais linhagens detentoras de sinais que retomavam a figura dos crescentes se situava no seio de um fenómeno mais amplo. Com efeito, a heráldica de muitas outras estirpes portuguesas primitivas parece ter também privilegiado diferentes sinais de vitória sobre os inimigos da fé. Assim se poderá explicar a abundância de estrelas, também elas conotadas como apropriação de um sinal islamita, adoptadas preferencialmente em número de cinco e colocadas em aspa, num procedimento semelhante portanto ao que foi aplicado aos crescentes¹³⁰. Tal como se poderá compreender a forte presença de sinais propriamente cristãos, evocativos da protecção divina na luta contra o infiel, como as flores-de-lis de cariz mariano¹³¹, as vieiras ligadas a Santiago¹³² ou, naturalmente, as próprias cruzes¹³³.

¹²⁸ Cfr. HENRIQUES, António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – Coerências Heráldicas nas famílias de Lisboa (séculos XIII e XIV). In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.). *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 206-412; SEIXAS, Miguel Metelo de SEIXAS; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataídes..., cit.; PORTUGAL, João António – Dois túmulos: os de Azevedo, cit., pp. 377-410; FARELO, Mário – A heráldica das elites dirigentes de Lisboa (Portugal, sécs. XIV-XVI). In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*, cit., pp. 355-376; e, finalmente, SARAIVA, Anísio; MORUJÃO, Maria do Rosário; SEIXAS, Miguel Metelo de – Héraldique des sceaux du clergé séculier portugais au Moyen Âge. In LOSKOUTOFF, Yvan (coord.). *Héraldique et Numismatique – Moyen Âge – Temps Modernes*. Le Havre: Université du Havre, no prelo.

¹²⁹ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Un fameux écartelé portugais..., cit., p. 30.

¹³⁰ Cfr. ABRANTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de – Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa – X – Armas dos de Riba-Douro?. *Armas e Troféus*. V série, tomo V, 1984, pp. 39-60.

¹³¹ BORGES, José Guilherme Calvão – Heráldica de família em Portugal – Algumas singularidades (um estudo de heráldica comparada). *Anais da Academia Portuguesa da História*. II série, vol. 41, 2003, pp. 310-345, p. 336.

¹³² SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000; HENRIQUES,

Claro que tal harmonia simbólica não poderia deixar de fora as armas reais portuguesas, duplamente carregadas com o instrumento da Paixão (a cruz dos escudetes e a aspa dos besantes dentro de cada quina), desde cedo associadas a uma proveniência miraculosa, a uma carga mística e ao relato lendário fundador da monarquia centrados no episódio de Ourique¹³⁴ (cfr. figura n.º 6). É presumível que o mito de origem das armas régias tenha funcionado como modelo para as insígnias da alta nobreza portugalense; do mesmo modo que esta cultivou diversas lendas genealógicas, que a reportavam com príncipes peninsulares ou estrangeiros (por vezes até islamitas), com heróis de gestas tradicionais (basta pensar no Cid) ou mesmo com seres fantásticos como a dama-pé-de-cabra ou as sereias¹³⁵.

No que toca à heráldica, verifica-se contudo uma diferença de monta: a interpretação simbólica das armas reais, relacionada com o milagre de Ourique, encontra-se registada desde o século XIII, ao passo que as primeiras explicações das armas dos Sousas se inscrevem numa conjuntura mais tardia, na transição da Idade Média para a Moderna. O registo escrito destas explicações data pois de uma época em que se implantou um novo *ethos* nobiliárquico, cuja expressão heráldica se consubstanciou na visão da origem das armas radicada num antepassado guerreiro e num feito concreto, porventura extensíveis a sucessivos heróis, interpretáveis como refundadores da linhagem¹³⁶. Assim se viria a

António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – Ffeuras & Sinaees I. As armas antigas dos Pimentéis. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*. n.º 3, 2008, pp. 225-236.

¹³³ SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – O condestável D. Nun'Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas. In OLIVEIRA, Humberto Nuno de; MOITA, Cristina; TEIXEIRA, Ismael Pereira (coord.). *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 205-217; SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «Nem a poder de brancos unicórnios...» Reflexos do ideal de Cruzada e de Reconquista nas armas medievais dos Teixeira. *Dislivro Histórica*. n.º 1, 2008, pp. 113-130. Sobre a origem pelagiana das diversas derivações da cruz da monarquia asturiano-leonesa, depois retomadas pelas monarquias hispânicas, veja-se ALONSO ÁLVAREZ, Raquel – El origen de las leyendas de la Cruz de los Ángeles y la Cruz de la Victoria (catedral de Oviedo): *cruces gemmatae* al servicio de la propaganda episcopal. *Territorio, Sociedad y Poder*. n.º 5, 2010, pp. 23-33.

¹³⁴ Não pretendendo realizar aqui um estado da questão, permitimo-nos remeter para as indicações bibliográficas constantes em SEIXAS, Miguel Metelo de – Dinastia, instituição, território: a simbólica estatal portuguesa e as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. In *A Guerra Peninsular. Perspectivas Multidisciplinares. Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar nos 200 Anos das Invasões Napoleónicas em Portugal*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 611-643; e SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II..., cit., pp. 46-82. Note-se que alguns heraldistas da Idade Moderna quiseram mesmo salientar uma espécie de parentesco simultaneamente espiritual e visual entre a maior parte das armas das famílias que haviam tomado parte na Reconquista, alargando-o ao conjunto da Península Ibérica como sinal premonitório e justificativo da unidade política criada em 1580. Veja-se a obra capital, neste sentido, de ARGOTE DE MOLINA, Gonzalo – *Nobleza del Andalucía* (coordinación Jesús Paniagua Pérez; introducción Margarita Torres Sevilla-Quinones de León). León: Universidad de León, 2004, fl. 33v.

¹³⁵ Cfr. BOBONE, Carlos – Lendas familiares. *Armas e Troféus*. VIII série, tomo II, Jan.-Dez. 1998, pp. 19-50, e KRUS, Luís – Uma variante peninsular do mito de Melusina: A origem dos Haros no Livro de Linhagens do Conde de Barcelos. In *Passado, memória e poder...*, cit., pp. 171-195.

¹³⁶ Veja-se o caso exemplar dos Pereiras em SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – O condestável D. Nun'Álvares e as armas dos Pereiras..., cit.; ou o dos Sousas *Chichorros* em PELÚCIA, Alexandra – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajetórias de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2009. No século

erguer um saber heráldico entendido enquanto *ciência heróica*, para retomar a denominação entretanto celebrizada, assumindo o pressuposto de que as armas deviam remeter para uma leitura simbólica relacionada com um determinado feito: “todas las armerías - se pensaba - tenían sin duda un origen de esta clase; en sus figuras y colores se había de leer una acción heroica”¹³⁷.

De qualquer modo, a influência das armas reais sobre a heráldica da nobreza portuguesa é perceptível ainda por outras idiossincrasias desta. Para aferirmos tal influência, partamos do tratamento estatístico da heráldica medieval portuguesa, elaborado por José Guilherme Calvão Borges¹³⁸, que assinala algumas características interessantes para a temática aqui desenvolvida. Em primeiro lugar, a frequência da cor azul, inusitadamente elevada no contexto europeu¹³⁹. Em segundo lugar, a abundância de determinadas peças e partições potencialmente relacionáveis (embora não em exclusivo) com as armas reais ou com as práticas heráldicas dos filhos segundos da Casa Real: a bordadura; a cruz; o esquartelado; o besante ou a arruela; o castelo; o escudete¹⁴⁰. Na verdade, é impressionante e revelador verificar como as peças e partições acima assinaladas se assumem como largamente predominantes no panorama da heráldica medieval portuguesa, salientando-se como as mais frequentes, muito à frente de quaisquer outras, com apenas três exceções de móveis igualmente importantes: as flores-de-lis, estrelas e crescentes – todas eles igualmente relacionáveis, como vimos, com a invocação da intervenção divina na vitória contra os infiéis e, portanto, inseríveis na mesma linha de génese simbólica. Não deixa de ser impressionante verificar como, deste modo, o espectro das figuras e partições predominantes da heráldica medieval portuguesa fica inteiramente coberto por esta matriz comum, claramente conotada como o modelo fornecido pelas armas reais. Cumpre-nos, nesse sentido, em complemento ao que foi aventado por Calvão Borges, propor ainda a hipótese de tal mimetismo ter influenciado também algumas das demais figuras típicas da heráldica portuguesa, no que se refere à frequência da sua representação em número de cinco e em disposição de aspa ou, menos comumente, de cruz. Mera conjectura, cuja validação dependerá dos dados aduzidos pelo levantamento sistemático dos exemplares, líticos ou de outra natureza, remanescentes¹⁴¹.

XVII, o padre António Soares de Albergaria procurou aplicar o mesmo critério, retroprojectivamente, ao conjunto das armas da nobreza do reino. P.º ANTONIO SOARES DE ALBERGARIA – *Trivnfos de la Nobleza Lusitana, y Origen de svs Blazones*, Cód. 1119 da Biblioteca Nacional de Portugal.

¹³⁷ MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos*..., cit., p. 25.

¹³⁸ Note-se porém que, como reconhece este autor, o conhecimento da heráldica medieval portuguesa carece de um levantamento de fontes coevas, o qual se encontra ainda por realizar; veja-se também as considerações explanadas em SEIXAS, Miguel Metelo de – *Bibliografia de heráldica medieval portuguesa*. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*, cit., pp. 511-558, p. 521-523.

¹³⁹ BORGES, José Guilherme Calvão – *Heráldica de família em Portugal*..., cit., pp. 325-326.

¹⁴⁰ BORGES, José Guilherme Calvão – *Heráldica de família em Portugal*..., cit., pp. 336-338.

¹⁴¹ Baseando-nos em repertórios posteriores, podemos assinalar a provável existência de armas medievais com cinco figuras em aspa ou em cruz para os seguintes casos: estrelas, vieiras, cruzeiros, flores-de-lis, aguietas, cabeças de águia, asas, leões, brandões, chaves, besantes, arruelas, folhas de figueira, gaviões, gomis, gralhos, corvos, lobos, machados, pedras, perdigões, pinheiros, pombas, bordões, espadas, torres.

No caso dos Sousas, existe contudo um sinal acrescido de proximidade entre as armas primitivas desta linhagem e as da Casa Real. Atente-se em primeiro lugar na flutuação da representação dos sinais da linhagem da nobreza portugalense tal como figuram nas duas necrópoles históricas de Pombeiro e Alcobaça: o crescente ora aparece isolado (pomo da espada de Vasco Mendes de Sousa)¹⁴²; ora sotoposto a uma estrela (este exemplo e os seguintes provêm todos do panteão cisterciense); ora em número de três, dispostos em faixa (o marquês de Abrantes aventa a hipótese de se tratar da representação de uma insígnia vexilar); ora igualmente em número de três mas a formar uma caderna incompleta (a que falta a figura de baixo)¹⁴³ (cfr. figuras n.ºs 7 e 8). Esta flutuação na representação do sinal da linhagem corresponde à primeira fase de implantação dos usos heráldicos na Península Ibérica, onde tal género de realidade perdurou até tarde, favorecida pela perpetuação de um modelo cognático de família no qual a estrutura horizontal se revelava mais importante do que a estrutura vertical, sendo portanto mais valorizada a partilha de sinais comuns do que a definição de insígnias diferenciadas para cada membro ou ramo da linhagem¹⁴⁴. Não obstante todas as variações atrás enumeradas, as armas dos Sousas, agora já transpostas preferencialmente para o âmbito de um escudo, tenderam a fixar-se na referida caderna, em evidente comunhão com o motivo da cruz, pelos motivos que atrás se propuseram.

No caso dos Sousões encontramos um exemplo de reforço (ou mesmo, neste caso, de prova visual) do fenómeno projectivo da disposição das quinas reais. Com efeito, no claustro de Alcobaça, ao conjunto atrás enumerado de variações do tema dos crescentes vem somar-se outra fórmula claramente predominante, na medida em que, ao contrário das anteriores, esta aparece recorrentemente: ao longo da parede, multiplicam-se os escudos ostentando cinco cadernas de crescentes em aspa (cfr. figura n.º 9). Ora, se a adopção da caderna se poderá relacionar com a cruz formada pelas quinas, a disposição das cinco cadernas em aspa vem reforçar e por assim dizer duplicar tal mimetismo, na medida em que repete a disposição dos besantes dentro dos escudetes das armas reais. Desta forma, a duplicação da cruz existente nestas (cruz dos escudetes, aspa dos besantes) replica-se nas armas dos Sousas (cruz dos crescentes, aspa das cadernas). Mas mais interessante ainda é verificar que tal configuração das armas dos Sousas, no seu expoente mimético mais intenso das insígnias régias, ocorre exclusivamente em Alcobaça, local comum dos espaços mortuários da Casa Real e dos Sousas. E, para não deixar qualquer dúvida quanto à preferência conferida a esta fórmula mimética por excelência, o escudo com as cinco cadernas em aspa não aparece isoladamente, mas

¹⁴² Como foi primeiramente observado por AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – *Un fameux écartelé portugais...*, cit., p. 29: “Dom Vasco Mendes, décédé en 1242, semble avoir, sur son tombeau, un croissant sur le pommeau de son épée”; e depois por NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de armas e brasões tumulares do concelho de Felgueiras. Heráldica de Família*, Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1997, p. 200, bem como por BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)...*, cit., vol. II, tomo I, pp. 796-797.

¹⁴³ Todos estes exemplos foram analisados por ABRANTES e de FONTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de – *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa - III - A heráldica dos «Sousões» no Claustro do Silêncio, de Alcobaça*, cit., pp. 54-72.

¹⁴⁴ Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Le début des emblèmes héraldiques en Espagne. Armas e Troféus*. V série, tomos III e IV, 1982-1983, pp. 7-48.

antes em múltiplas manifestações, marcando assim de forma reiterada a presença da linhagem dos Sousas na vizinhança do local de sepultamento da dinastia régia.

Mas este fenómeno de mimetismo prolongou-se para além do tempo de consolidação das armas dos Sousões, pois transitou igualmente para o momento crítico vivido pela vetusta estirpe portugalense no século XIV. Como vimos, uniram-se então circunstâncias genealógicas e políticas para originar a extinção da chefia da linhagem, submetida a consecutivas manobras de aproximação por parte da Casa Real. Dos ramos surgidos destas alianças sucessivas com a dinastia régia, dois acabarão por vingar e dar lugar a formas diferentes das armas originais da linhagem: os Sousas *Chichorros* ou *do Prado* e os Sousas ditos *de Arronches*. Em ambos os casos, os sinais identitários visuais adoptados por estas linhagens reforçaram a relação de proximidade à dinastia régia. O ramo *Chichorro* esquartelou as quinas com o leão do reino homónimo; o ramo *de Arronches* esquartelou igualmente as quinas com a caderna de crescentes que constituía, como se viu, o sinal próprio dos Sousas. Esta aproximação, mais uma vez, compreendeu várias componentes sobrepostas: o uso das quinas, núcleo simbólico fundamental – e sinal linhagístico – das armas reais; e a escolha de um esquartelado, composição oriunda dos usos dinásticos de Castela e Leão, transposta para a Casa Real portuguesa, a qual actuou como seu instrumento de difusão, mais uma vez por imitação, para a heráldica da nobreza portuguesa¹⁴⁵.

No caso das armas dos Sousas *de Arronches*, o fenómeno de mimetismo das armas reais conheceu fases graduais. A primeira reportou-se ao momento de fundação da linhagem. O bastardo régio Afonso Dinis usou uma versão dos sinais da dinastia (as quinas) diferenciada mediante recurso à troca dos esmaltes do campo e dos móveis, isto é, com o campo de azul, os escudetes de prata e, presumivelmente, os besantes transformados em arruelas de azul¹⁴⁶. Do seu casamento com Maria Pires Ribeiro, uma das representantes dos antigos Sousões, houve Afonso Dinis, entre outros, um filho que se chamou Diogo Afonso de Sousa; além de recuperar este apelido, Diogo Afonso esquartelou as armas paternas (mantendo a alteração dos esmaltes) com as de Sousa, como se pode ver pelo escudo presente na cruz processional de Santo André de Mafra¹⁴⁷. Em altura que não sabemos precisar, visto que os vestígios dotados de cromatismo só voltam a aparecer em meados do século XV, as quinas do esquartelado perderam a troca de esmaltes, voltando portanto à forma original destes sinais da Casa Real. Do ponto de vista heráldico, tal opção era plenamente válida, na medida em que o esquartelado era, em si próprio, uma forma de diferenciação das armas: deste modo, as armas dos Sousas *de*

¹⁴⁵ Sobre a difusão do esquartelado, veja-se MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – Los comienzos del uso conjunto de varias armerias: cuando, como y por que. *Hidalguía*. n.º 200, 1987, pp. 301-335; para o caso português, SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sousas *Chichorros* e Sousas *de Arronches*: um enigma heráldico..., cit.

¹⁴⁶ Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – Contributo para o estudo do sistema de diferenças da Casa Real portuguesa: os botões esmaltados armoriados da cruz processional de Santo André de Mafra. *Tabardo*. n.º 3, 2006, pp. 29-54.

¹⁴⁷ Sendo esta a mais antiga manifestação cromática conhecida dos antigos sinais dos Sousas: de vermelho, uma caderna de crescentes de prata. SEIXAS, Miguel Metelo de – Contributo para o estudo..., cit., pp. 29 e 45-47.

Arronches não precisavam de incluir a troca de esmaltes das quinas para se diferenciarem de forma incontestável das armas reais. Tratava-se, pois, de uma simplificação possível e desejável. Mas, para além desta lógica meramente heráldica, poderá ter havido, mais uma vez, uma vontade de afirmar visualmente a origem régia da estirpe, aproximando tanto quanto possível as respectivas armas daquilo que era a representação então usual das quinas¹⁴⁸.

O princípio subjacente, de majoração do parentesco visual em relação às insígnias régias, veio ditar, posteriormente, uma relação complexa destas armas dos Sousas *de Arronches* com as da Casa Real. Assim, o fenómeno de mimetismo levou por vezes a complementar o campo das quinas com uma bordadura de vermelho, carregada de castelos de ouro, ou seja, os quartéis referentes à ascendência régia transformavam-se no escudo real completo, tal como era usado pelos reis desde D. Afonso III (salvo algumas excepções)¹⁴⁹.

Na sequência desta *modernização* dos quartéis referentes à origem régia da linhagem, verificou-se uma notória flutuação nas representações das armas dos Sousas. Em primeiro lugar, porque os escudos com os quartéis de Portugal-Antigo passaram a coexistir com aqueles em que estes se haviam transmutado em Portugal-Moderno. Mas também por causa da influência que, a partir do século XIV, começaram a ter os oficiais de armas ou outros curiosos na matéria, no sentido de criar e difundir uma série de normas, inicialmente veiculadas por via oral e depois gradualmente agregadas em recolhas escritas. Assim se formou a heráldica enquanto ramo do conhecimento, vindo a plasmar-se em compilações que, na sua forma acabada, formavam tratados de armaria¹⁵⁰. Ao considerarmos tal género de produções literárias, é importante ter em mente que elas não se constituíam como espelho das práticas heráldicas existentes na sua época, mas antes como discurso criado no seio de uma cultura cavaleiresca, aristocrática e amiúde principesca, discurso esse dotado de objectivos culturais e políticos relacionados com a construção e a justificação da ordem social emergente no final da Idade Média. O que não significa, em contrapartida, que o saber assim construído se tenha eximido a exercer influência sobre as práticas heráldicas coevas e

¹⁴⁸ Parece ter-se também verificado a incorporação dos sinais régios, as quinas, em armas assumidas por outras linhagens portuguesas nos séculos XIII e XIV, com ou sem ligação genealógica efectiva à Casa Real. Tal procedimento, que permanece por estudar, constitui um fenómeno de natureza aparentemente diferente das concessões de parte das suas armas efectuadas pelos reis de Portugal a partir do século XV, dentro de uma lógica já de instrumentalização da heráldica pela Coroa. Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL e Universidade dos Açores), Direcção Geral de Arquivos, 2012, pp. 1-37 [publicação electrónica].

¹⁴⁹ Tais armas foram depois designadas pelos heraldistas de *Portugal-Moderno*, para as distinguir das simples quinas ou *Portugal-Antigo*. Por se tratar de uma terminologia prática, usá-la-emos de seguida.

¹⁵⁰ É vasta a bibliografia sobre os oficiais de armas e sobre os tratados de armaria tardo-medievais, pelo que nos limitamos a referir, respectivamente, duas obras essenciais, as quais compreendem estados da questão: PARAVICINI, Werner – *Le héraut d'armes, ce que nous savons et ce que nous ne savons pas*. In SCHNERB, Bertrand (org.) – *Le héraut, figure européenne (XIVe-XVIIe siècles)*..., cit., pp. 467-490; BOUDREAU, Claire – *L'Héritage symbolique des hérauts d'armes. Dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIV^e – XVI^e siècles)*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006, 3 vols.

posteriores: na verdade, foi mesmo essa uma das suas funcionalidades ao serviço da nova ordem social e do poder instituído.

Ora, uma das preocupações dominantes dos tratadistas residia na classificação das armas; preocupação que reflectia a necessidade de uma estrutura social definida pelo príncipe e plasmada em categorias hierárquicas visualmente nítidas. No caso dos bastardos, os oficiais de armas e outros tratadistas produziram pois uma série de normas, mais ou menos complexas, mais ou menos aplicadas a casos reais¹⁵¹. Uma parte importante dessas normas de diferenciação visual das armas de bastardos recorria à aposição de figuras específicas, como aspas ou filetes de negro. Formou-se assim um outro género de variantes das armas dos Sousas de Arronches, em que os quartéis das armas reais se viam completados pelas marcas identificativas do entroncamento ilegítimo na dinastia régia; tais marcas foram sobretudo apostas nos quartéis de Portugal-Moderno, mas vieram também, mais raramente, completar os quartéis de Portugal-Antigo¹⁵².

A noção deste paralelismo simbólico com a Casa Real era de resto cultivada por via da literatura especializada em que eram arroladas as armas da nobreza portuguesa, por vezes acompanhadas pela explicação da respectiva origem e significado¹⁵³. Assim, o padre António Soares de Albergaria, nos seus *Trivnfos de la Nobleza Lvsitana*, referia explicitamente (embora de forma errada) o entroncamento na Casa Real que justificava a presença das quinas nas armas dos condes de Miranda (Sousas de Arronches) bem como, aliás, o que explicava outrossim a sua presença nas dos condes do Prado (Sousas Chichorros)¹⁵⁴. Tal memória foi cultivada pela própria linhagem, não apenas do ponto de vista das práticas heráldicas, mas também pela posse e eventual difusão de obras similares. Com efeito, o códice *Blasones del reyno de Galicia en verso con glosas en prosa por el Licenciado Molina y adiciones de Gracia Dei y Damian de Goes*, conservado na Biblioteca Nacional de España (Mss. 12612), consiste numa miscelânea que traz na guarda a indicação de posse “Del Senhor Conde de Miranda”¹⁵⁵. Ora, ao tratar das armas dos Sousas de Arronches, este armorial associa-as às seguintes coplas:

¹⁵¹ Cfr. HABLOT, Laurent – L’emblématique des bâtards princiers au XVe siècle. Outil d’un nouveau pouvoir?. In MARCHANDISSE, Alain *et alii* (dir.), *Actes du colloque «La Bâtardise et l’exercice du pouvoir»*. Liège: Université de Liège, no prelo. Agradecemos ao autor a consulta deste seu trabalho antes da respectiva publicação.

¹⁵² A partir de certa época, difundiu-se a noção de que o Portugal-Antigo era, em si próprio, uma marca de bastardia; o que, sendo embora errado, tornou-se doutrina praticamente inquestionada até à actualidade. Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sousas *Chichorros* e Sousas *de Arronches*..., cit., pp. 429-438.

¹⁵³ Para uma caracterização deste género de produção sob o Antigo Regime, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime. *Lusíada. História*, série II, n.º 7, 2010, pp. 357-413.

¹⁵⁴ PE. ANTONIO SOARES DE ALBERGARIA – *Trivnfos de la Nobleza Lusitana*..., cit., fls. 55vº-59.

¹⁵⁵ *Blasones del reyno de Galicia en verso con glosas en prosa por el Licenciado Molina y adiciones de Gracia Dei y Damian de Goes*. Mss. 12612 da Biblioteca Nacional de España, fls. 119-120v.º. A fl. 28v, o códice traz uma advertência acerca da sua autoria e datação: “Estos blasones son del licenciado Molina que escrivio las cosas del Reyno de Galicia de do van sacados inprimio año de 1551. Y de Gracia Dei que escrivio en tiempo de los reyes catolicos año de mil y quinientos y veinte y cinco. Y de Damian Goes

“Esta gran fama que ois
en castilla tan triunfosa
es del buen rey don denis
de quien tienen los de sosa
y otros mil si lo sentis
y en castilla y portugal
en cinco escudos guerreros
armas dignas de adorar
traen los treinta dineros
como la casa real.”

Não podia ser mais explícita a ligação à heráldica régia portuguesa e à carga sagrada que as quinas continham e transmitiam às insígnias ostentadas pelos Sousas.

Ao fenómeno genérico de sacralização das armas por via da construção de interpretações simbólicas de cariz religioso correspondia também, em contraponto, o que Laurent Hablot designa como *heraldização do espaço sagrado*, ou seja, uma relação especial que a heráldica manteve, a partir do século XIII, com o espaço eclesial, em particular com as capelas funerárias¹⁵⁶. Tal relação afigurou-se difícil na origem do fenómeno heráldico, na medida em que

“Signes de guerre et de puissance sociale, signes de chevalerie par excellence, les armoiries figurées sur une pièce d’armement sembleraient devoir être, par essence, exclues des manifestations de la religiosité médiévale. Elles sont le résultat d’une insigniologie initialement profane, entrant en contradiction apparente avec les idéaux de paix et d’égalité professés par la foi chrétienne. Elles ont été, à ces titres entre autres, un temps rejetées par les clercs et l’Église.”¹⁵⁷

Pouco a pouco, contudo, a resistência foi sendo vencida, na medida também em que o ideal de cavalaria se impregnava progressivamente de uma dimensão espiritual. E em que, como vimos, as armas começavam a ser associadas a interpretações lendárias que as aproximavam da mensagem religiosa, preferencialmente situada, neste caso, no campo da vitória milagrosa contra forças inimigas da fé cristã. O próprio escudo do combatente, carregado com os seus emblemas heráldicos, passara de mero objecto bélico a uma realidade mais abstracta de representação do poder e de denominador comum entre aqueles que pretendiam partilhar um certo código comportamental e

cavallero lusitano en su Hispania do trata de la nobleça española que escrivio año 1540.” Como se viu, quer o 1.º, quer o 2.º Conde de Miranda estanciaram na corte dos Habsburgos, a um ou a ambos podendo ter pertencido este manuscrito.

¹⁵⁶ HABLOT, Laurent – L’héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?. In AURELL, Martin (dir.), *Actes du colloque Chevalerie et christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011, pp. 211-233.

¹⁵⁷ HABLOT, Laurent – L’héraldisation du sacré..., cit., p. 212.

espiritual¹⁵⁸. Dotada dessa carga sacral, a heráldica logrou invadir as igrejas. Naturalmente, os locais de sepultamento das linhagens nobres tornaram-se um local de presença heráldica por excelência.

As capelas fúnebres, com efeito, configuravam-se como locais em que se uniam dois conceitos complementares: a salvação das almas e a perpetuação da linhagem. A presença das armas tornava patente tal relação, publicitando-a aos olhos da comunidade. Como observa Maria de Lurdes Rosa,

“Estabelece-se uma relação inequívoca entre o espaço da capela, a linhagem a quem pertence, e a salvação das almas; de certo modo, a noção de casa, em redor da qual se organiza, quer do ponto material quer simbólico, a construção da identidade e da memória familiar, é transposta para o mundo sagrado e para uma dimensão sobrenatural: à casa material, representada pelo solar, corresponde uma “casa” sobrenatural, representada pela capela.”¹⁵⁹

Nesse espaço sagrado, a família, entendida na sua sucessão temporal (desejavelmente até ao fim dos tempos), desempenhava um papel de guarda das almas dos defuntos, papel que a um tempo a inscrevia como entidade intrínseca ao espaço eclesial e ao culto aí praticado (parte da Igreja, em duplo sentido), e a projectava para uma dimensão assumidamente espiritual. O *medium* por via do qual esta presença se tornava visível e actuante – diríamos aquilo que *activava* tal presença – era precisamente a colocação dos emblemas da linhagem em pontos-chave, como os túmulos ou lápides, arcos sólios ou triunfais, paredes interiores ou exteriores, chaves de abóbada ou mesmo, em casos extremos, frontais de altar. A relação assim estabelecida revelava-se duplamente proveitosa para a linhagem, na medida em que tal presença emblemática contribuía para a sacralização das armas da linhagem mas também, pela escolha do local e dos tipos de manifestação concreta, para a afirmação da posição hierárquica que essa família ocupava ou pretendia ocupar na hierarquia social da sua época. Como nota Maria de Lurdes Rosa, as armas inscritas no espaço sepulcral eram até, por vezes, apontadas pelos fundadores como modelo a seguir para a perpetuação correcta dessas insígnias:

“Tais relações são garantidas e explicitadas por via da presença, no espaço sagrado que acolhe a dimensão familiar, dos sinais heráldicos da linhagem: as capelas fúnebres eram “pensadas como «casa» da alma, e colocadas à guarda da «casa» linhagística, para protecção contra as ameaças do futuro. Não era por acaso que, à nascença, as capelas eram marcadas com os

¹⁵⁸ HABLOT, Laurent – Entre pratique militaire et symbolique du pouvoir, l’écu armorié au XIIe siècle. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *Estudos de Heráldica Medieval...*, cit., pp. 143-165.

¹⁵⁹ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, cit., p. 42.

símbolos da linhagem, e que depois funcionavam como espaço de certificação oficial da versão pura destes mesmos símbolos”¹⁶⁰.

No caso da capela batalhina dos Sousas, além dos sepulcros, não duvidemos que haveria igualmente outros elementos armoriados hoje desaparecidos, tais como alfaia e vestes litúrgicas, tecidos para recobrir os túmulos, ou até mesmo peças de armamento ou de aparato funerário militar dos sepultados. Mas claro que a manifestação heráldica mais marcante será a do frontal de altar: aí, a missão salvífica da heráldica atinge o seu pleno, no sentido de as armas se inscreverem concretamente no espaço em que ocorre a epifania do divino por via da Eucaristia.

A caracterização da heráldica presente na capela dos Sousas na Batalha afigura-se pois como exemplo complexo de emulação da Casa Real, a qual se constituiu como elemento chave para a definição identitária da linhagem e dos respectivos emblemas visuais. O processo revelou-se multifacetado, pois compreendeu elementos diversificados e complementares. Em primeiro lugar, as escolhas dos sucessivos cenóbios eleitos como panteão, operadas em paralelo com a dinastia régia. Em seguida, a fixação das insígnias da linhagem, inscritas num modelo simbólico cuja matriz vinha das armas reais. Depois da confluência genealógica com membros da Casa Real, os fenómenos de mimetismo acabaram por conduzir à incorporação das próprias quinas, permitindo não só uma expressão visual inequívoca desse parentesco, como uma apropriação do valor sagrado conferido a estas mesmas armas. Na Batalha, todos estes factores encontram-se reforçados pela partilha do espaço da mesma igreja, panteão dinástico erguido ao enaltecimento duma vitória que, desta forma, é igualmente partilhado por esta linhagem que se assume como ramo secundogénito da Casa Real. Deste modo, podemos concluir que o fenómeno de mimetismo, no caso dos Sousas sepultados na Batalha, atingiu níveis surpreendentes: a construção da identidade linhagística procurou afirmar como elemento marcante a proximidade em relação à Casa Real. Nesse sentido, a heráldica forneceu um dos principais instrumentos visuais de construção e de difusão dessa característica identitária da linhagem, tanto pela composição das armas, como pelo seu uso concreto em contexto sagrado, e particularmente na igreja de Santa Maria da Vitória por se tratar do panteão régio da Casa de Avis. “Dignamente colados entre Reyes, é Infantes, como legítimos descendientes de los Infantes, y Reyes de Portugal”¹⁶¹, aquém e além da morte física, estes Sousas permaneceram pois à sombra dos príncipes.

¹⁶⁰ ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras...*, cit., p. 42.

¹⁶¹ MOREYRA, Manuel de Sousa – *Theatro...*, cit., p. 654.

FIGURA N.º 1

Os Sousas da Casa de Miranda

FIGURA N.º 2

Arca tumular da capela dos Sousas, hoje nas Capelas Imperfeitas. Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha.

FIGURA N.º 3

Pormenor da arca tumular da capela dos Sousas.

FIGURA N.º 4

Pormenor do altar da capela dos Sousas. Hoje na Igreja da Exaltação da Santa Cruz da Batalha.

FIGURA N.º 5

Pormenor do túmulo do 2.º Conde de Miranda. Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha.

FIGURA N.º 6

ALBERGARIA, P.e António Soares de - Tropheos Lusitanos. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1632.

FIGURA N.º 7

"Pedra do Cavaleiro" e epígrafe tumular de D. Gonçalo Mendes de Sousa. Claustro do Silêncio, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

FIGURA N.º 8

Do canto superior esquerdo, em sentido horário: pormenor do túmulo de D. Vasco Mendes de Sousa, Mosteiro de Pombeiro; silhar com três crescentes alinhados em faixa, claustro do silêncio, Mosteiro de Alcobaça; pormenor do túmulo de D. Maria Mendes de Sousa, igreja de Sancti Spiritus, Salamanca; pormenores da figura n.º 7, Mosteiro de Alcobaça.

FIGURA N.º 9

Claustro do Silêncio, Mosteiro de Alcobaça.

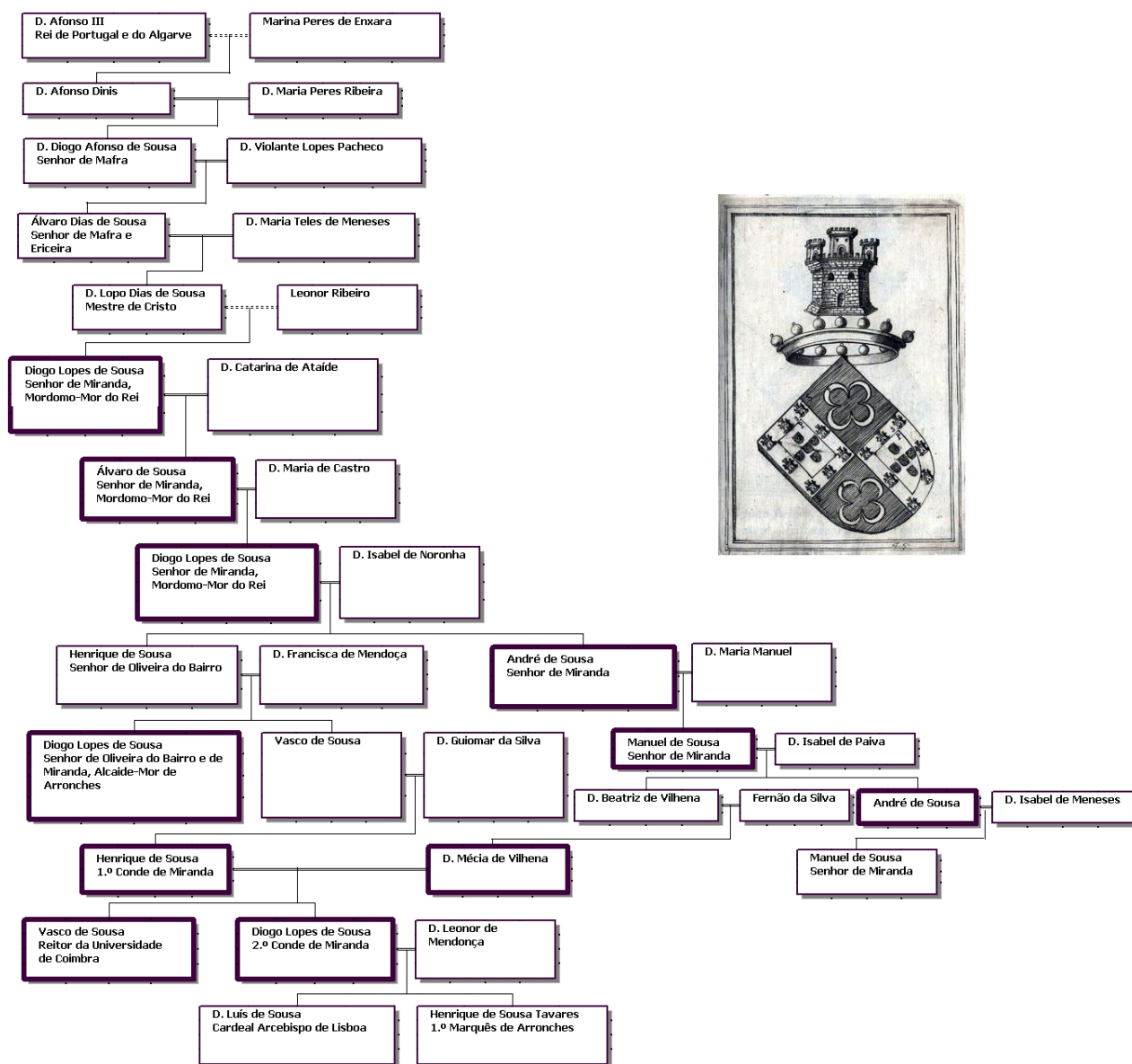


FIG 01.jpg



FIG 02.jpg

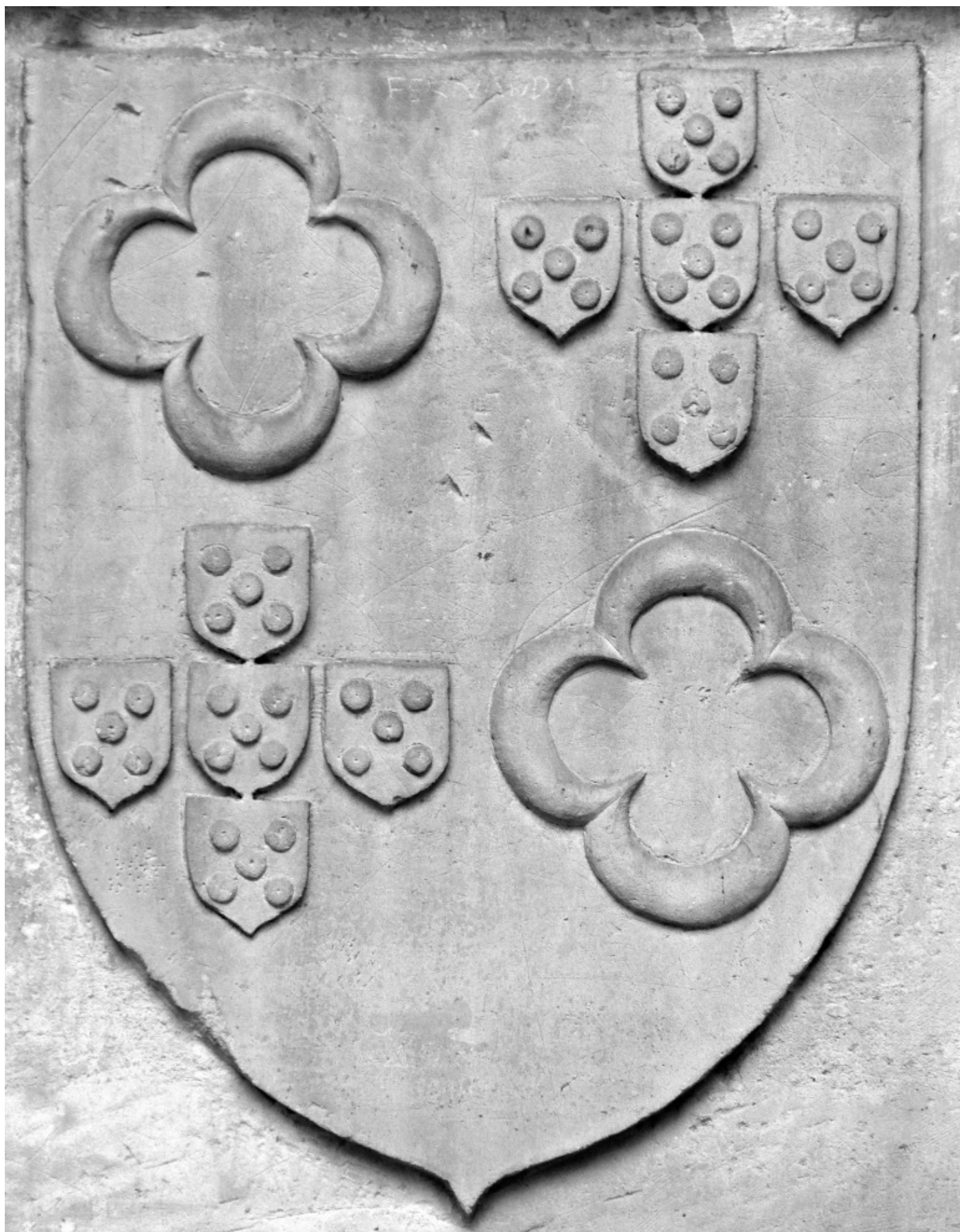


FIG 03.JPG

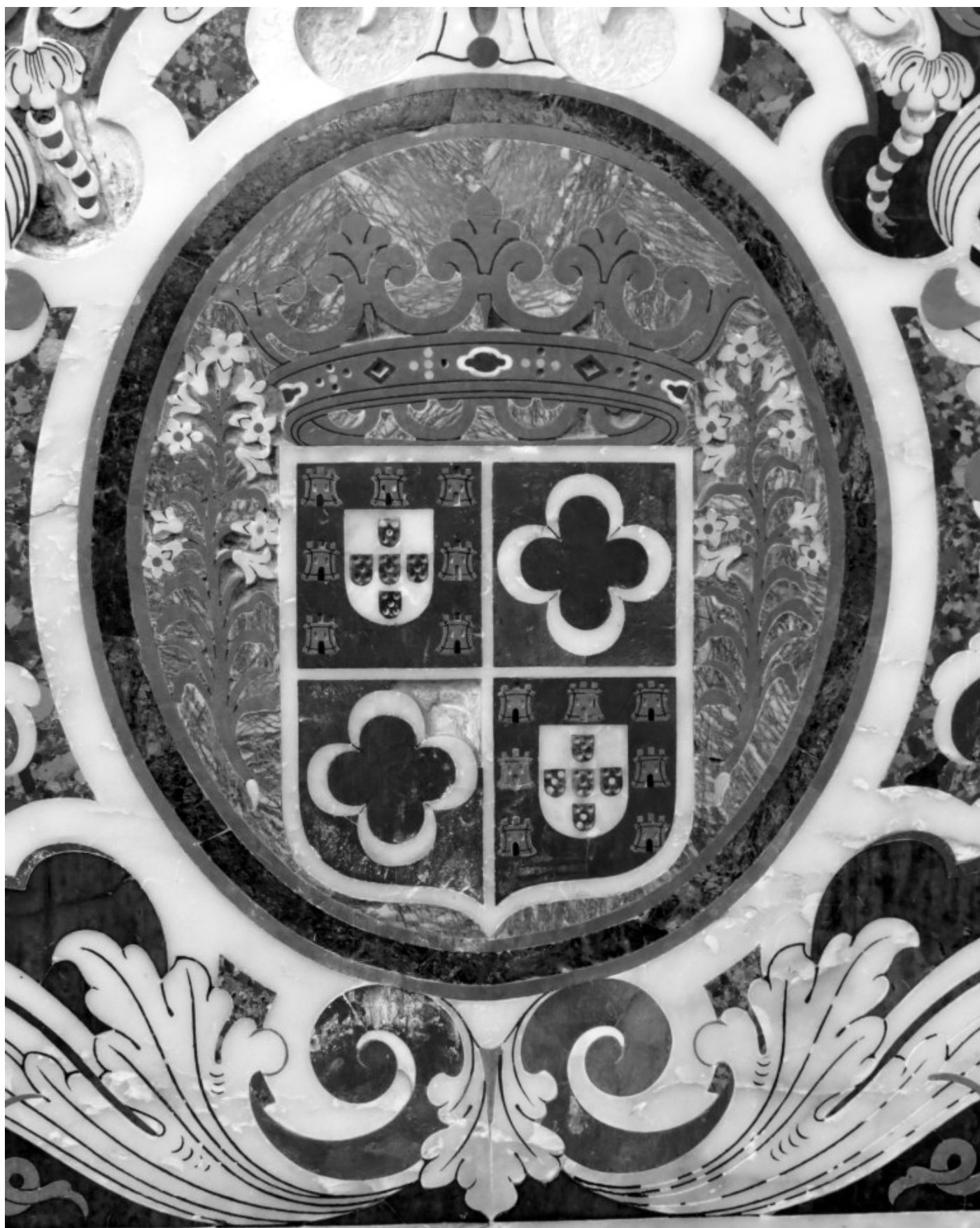


FIG 04.JPG

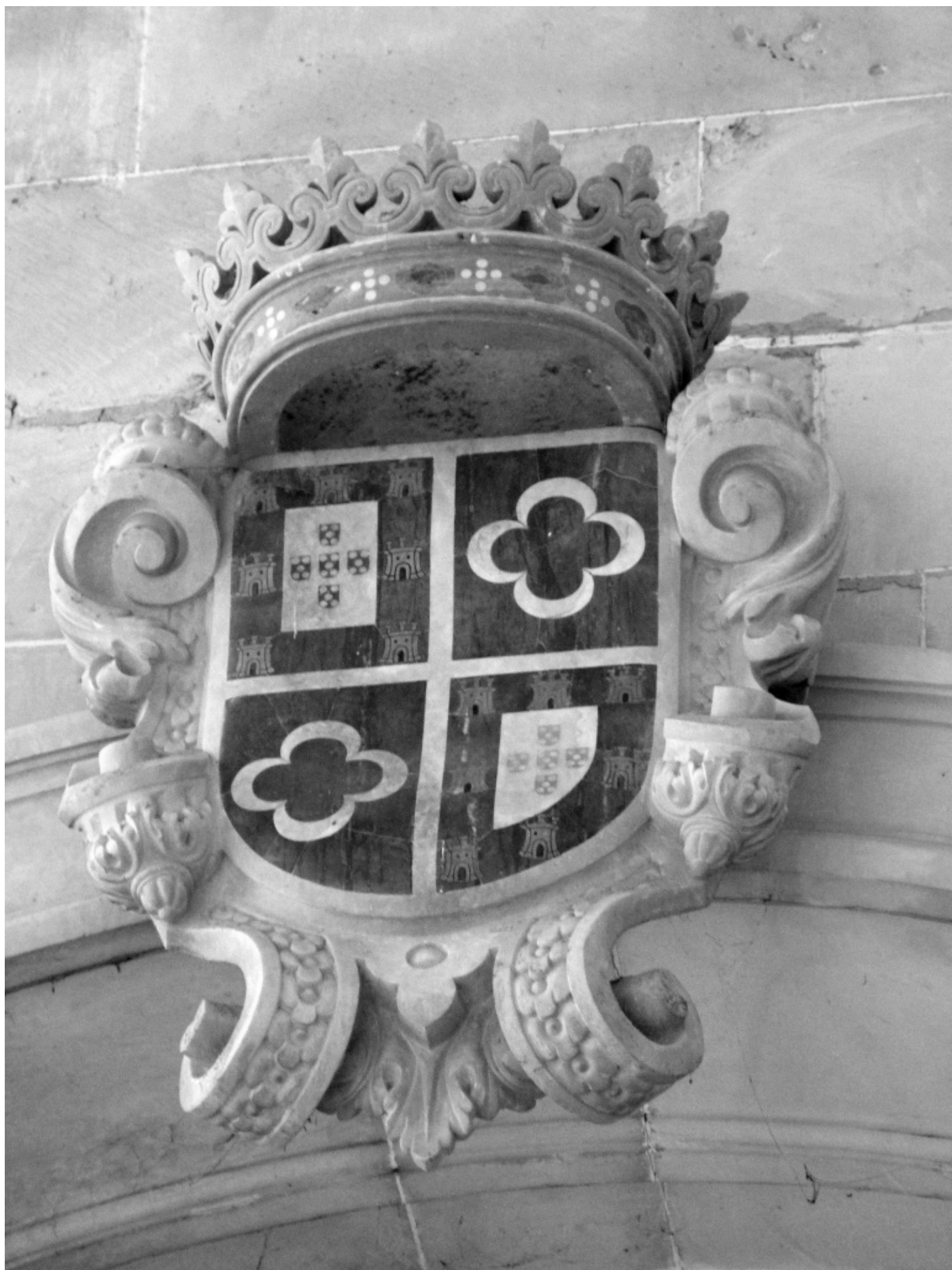


FIG 05.JPG



FIG 06.jpg



FIG 07.jpg



FIG 08.JPG



FIG 09.jpg

Texto, na ortografia usada pelos autores, publicado em

REDOL, Pedro, e GOMES, Saul António (coord.), *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*, Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2012, pp. 27-63.

